



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

O DISCURSO SOBRE O CRACK: SEGURANÇA E RISCO

Bruna Fantti Davilla

Rio de Janeiro/ RJ
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

O DISCURSO SOBRE O CRACK: SEGURANÇA E RISCO

Bruna Fantti Davilla

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Marialva Barbosa

Coorientador: Prof. Igor Sacramento

Rio de Janeiro/ RJ
2014

O DISCURSO SOBRE O CRACK: SEGURANÇA E RISCO

Bruna Fantti Davilla

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo

Aprovado por

Prof. Dr. Igor Sacramento - coorientador

Prof. Me. Leila Salim Leal

Prof. Me. Renata Tomaz

Rio de Janeiro/ RJ
2014

DAVILLA, Bruna Fantti.

O Discurso sobre o Crack: Segurança e Risco/ Bruna Fantti Davilla – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2014.

f.

Monografia (graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2014.

Orientação: Marialva Barbosa

Coorientação: Igor Sacramento

1. Crack e desordem. 2. Análise de Discurso 3. Força Nacional de Segurança Pública I. SACRAMENTO, Igor II. ECO/UFRJ III. Jornalismo IV. Cracudos e Desordem. V. Santo Amaro

DEDICATÓRIA:

Aos ditos invisíveis.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Beatriz, por sempre acreditar e me fazer acreditar em metas mais altas que as possíveis.

Ao meu pai, por insistir e insistir e insistir que eu concluísse a monografia.

As já formadas irmãs Roane e Laura por mostrarem que tudo é fácil, a gente que complica.

Aos eternos amigos Leila, Phellipe e Luana pela amizade sincera, pelos conselhos, e pela camaradagem dos anos na faculdade.

A Leila por ter me convencido a viajar até Brasília, de ônibus, para um Enecom. Sempre será uma linda lembrança da adolescência.

Aos mestres Leila e Phellipe por seus vastos conhecimentos partilhados.

Ao professor Igor Sacramento, um mestre excepcional, inspirador e que desperta a motivação até quando se trata de Análise do Discurso.

Ao querido professor Milton Pinto, pelo carinho com que lecionava.

Ao meu lindo, *my umbrella*.

A minha pequena Valentina. “Sou mais eu porque sou você”.

*“Moça me dá um cigarro do seu pra fumar
pois nem dinheiro eu tenho pra comprar
Vivo sozinho, nessa escuridão
Maria Mulambo me dê sua proteção
Ô moça, ô moça, ô moça me tira dessa poça”*

(Ponto da Umbanda, em homenagem a Maria
Mulambo, protetora dos desviantes)

DAVILLA, Fantti Bruna. **O Discurso sobre o Crack: Segurança e Risco**. Orientadora: Marialva Barbosa. Coorientador: Igor Sacramento. Rio de Janeiro, 2014. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Este trabalho procura analisar como são formados os discursos jornalísticos na grande mídia sobre os usuários de crack a partir da ocupação da Força Nacional de Segurança Pública no Morro Santo Amaro, em 2012. A análise das reportagens de matérias dos jornais “OGlobo” e “ODia” destaca aspectos sobre o silenciamento de vozes, a construção de estereótipos e o discurso ideológico de um governo que trata uma questão de Saúde pública na ênfase do uso da força e da Segurança Pública, revelando, assim, um racismo velado. Para isso, foram utilizadas as ideias de autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Stuart Hall, Teun A. Van Dijk, Mary Douglas, entre outros.

Palavras-chave: Crack; Força Nacional de Segurança; Análise do Discurso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. O “EU” E O “OUTRO”

2.1 ETNOCENTRISMO E RACISMO

2.2 IDEOLOGIA E ESTEREÓTIPO

2.3 FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

3. O CRACK COMO DESORDEM

3.1 A GÊNESE DO CRACK: PERIFERIA E PERIGO

3.2 “CRACK É POSSÍVEL VENCER!” E A FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

4. ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS “OGLOBO” e “ODIA”

4.1 ANÁLISE DAS MANCHETES DOS JORNAIS “OGLOBO” E “ODIA”

4.2 ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS “OGLOBO” E “ODIA”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Introdução

Nas redações, o setor responsável por realizar a chamada ronda na cidade e, com isso, deslocar o repórter para um acontecimento que tenha ocorrido há poucas horas ou no momento é chamado de “escuta”. O setor é responsável pelas notícias do momento e foi a minha primeira experiência em uma redação, no meu primeiro estágio, em 2004, no extinto jornal “Tribuna da Imprensa”.

Esse espaço da redação era chamado assim pois quem ficava nele tinha que escutar, durante todo o seu tempo de trabalho, o rádio da polícia que reproduzia as falas dos policiais militares entre a Maré zero (uma espécie de coordenadora de operações) e as viaturas que realizavam patrulha pela cidade do Rio de Janeiro.

Assim, durante um ano, criei intimidade com os códigos da área como o “721, Maré zero , 721”, que significava um acidente de trânsito, sem vítimas - algo bastante rotineiro em uma metrópole sufocada com veículos.

Como a comunicação entre os policiais ocorria pelo rádio e todas as viaturas da cidade tinham que informar as ocorrências para a Maré Zero, os agentes procuravam ter a máxima brevidade na comunicação para disponibilizar o rádio a outros companheiros que queriam relatar suas ocorrências.

Com isso, foram criados os códigos numéricos. Mas esses, por si só, não bastavam para passar ao centro de operações com exatidão quando se tratava, por exemplo, de uma perseguição ou uma revista, como era o caso do 901 (elementos suspeitos). O policial tinha que descrever o(s) suspeito (s) que seria(m) abordado (s) ou estava (m) sendo perseguido (s). Assim, observei que os policiais militares falavam “branco” quando o suspeito possuía, de fato, a pele branca ou, o termo mais usado para um suspeito, “cútis padrão”. Achava que era algo como “nude”, “cor de pele”, até me informarem que era a descrição para uma pessoa negra.

Percebi que incidência de pessoas de pele negra abordada pelos policiais para uma simples revista era superior aos abordados com a pele branca – diria 10 para um. Por si só, essa estimativa já bastaria para indicar um preconceito em relação ao negro. Mas não só a abordagem na rua era superior aos brancos, como adoção da expressão “cútis padrão” pelos PMs, afirmando no imaginário policial que o criminoso, na maioria das vezes, é negro. Nunca ouvi a referência a uma pessoa negra pela cor negra, somente “cútis padrão”, o que me fez depreender que essa referência era algo naturalizado no meio policial.

Quase dez anos se passaram, e eu realizava outra ronda em um plantão de final de semana, quando qualquer notícia é válida para a versão online, quando soube de um atropelamento na Avenida Brasil - uma das principais vias expressas da cidade do Rio.

Ao telefonar para os bombeiros responsáveis pelo socorro, fui informada de que a vítima morrera no local e que a chamada “ocorrência” estava com a polícia e, o corpo, já havia sido removido ao IML (Instituto Médico Legal).

Na esperança de saber a identidade da pessoa e entender como ocorreu a sua morte em uma via em que é proibido o tráfego de pedestres, liguei para a polícia civil, responsável pela investigação.

Ao ser indagado se a vítima possuía identidade o investigador me respondeu “é um cracudo”. Ratifiquei a pergunta, e ele disse que a documentação deveria ter sido encaminhada ao IML. Estarrecida, ao perceber que o policial deixara de investigar imediatamente a causa do atropelamento e nem quisera se inteirar da identidade da vítima para informar a morte a um possível parente, liguei para o IML.

No instituto o perito disse que o “corpo do nóia” havia chegado, mas ele tinha outros corpos para realizar a perícia e, por isso, não sabia informar o nome da vítima.

Esses dois fatos foram a principal motivação para a escolha do tema dessa monografia, que procura trazer ao debate alguns conceitos que expliquem a apatia e o racismo relatados.

Para isso, procurei na Antropologia conceitos-chaves de etnocentrismo, já que a questão da visão do outro é importante para se entender a repulsa ao estranho, o que abordo no primeiro capítulo.

Uma breve passagem pelo histórico do conceito de Ideologia torna-se essencial para o entendimento de como são formados e reproduzidos a estabilização de classes díspares, o choque entre ambas e a luta pela manutenção do pensamento consoante com o *status quo* vigente. Dela, serve também a base da explicação da formação de estereótipos – tanto como ideia redutora e/ou como fixação e repulsa.

Seguindo a linha marxista apontada no capítulo de Ideologia, cito alguns conceitos formadores da Análise de Discurso perpetrado por Michel Pêcheux e que também irá servir como metodologia para o material prático, analisado no último capítulo.

No capítulo 3, procuro fazer uma cronologia do surgimento do Crack no mundo e no Brasil e como ele virou sinônimo de ameaça, perigo e sujeira. Sendo assim, após ser conceituado como epidemia, aponto medidas do governo, como o programa “Crack, é possível vencer!” e o tratamento da questão como algo do campo de Segurança Pública e não de Saúde Pública.

Na parte 3.3, analiso o caso do Morro Santo Amaro, na zona sul do Rio, primeiro a receber agentes da Força Nacional de Segurança, em 2012, como uma clara medida de política bélica contra os chamados usuários de crack.

Já no capítulo 4, analiso, em partes separadas, as manchetes e o conteúdo das matérias dos dois jornais mais circulantes no Rio de Janeiro – “OGlobo” e “ODia”, em um recorte a partir do ano de 2012, data em que as forças militares entraram no Morro Santo Amaro para atuar no programa de recuperação de dependentes químicos do governo federal.

Como o volume de matérias era muito grande, optou-se por realizar um corte por temas abordados. Sendo assim, desde que o usuário de crack passou a ser noticiado com maior incidência na mídia carioca, em 2012, percebi o tom das matérias seguindo a seguinte inclinação: foco no combate (discurso bélico); foco no perigo/ameaça que o usuário de drogas representa; e o assistencialismo gerado a partir da compaixão.

Como os dois primeiros focos são os mais incidentes, optei por analisar quatro matérias seguindo conceitos básicos da Análise de Discurso de Pêcheux, apesar de não analisar da forma canônica. Assim, analiso duas matérias de cada impresso citado.

Por fim, nas considerações finais, reflito como a questão das drogas não é algo inerente ao período pós-moderno brasileiro ou mundial, pelo contrário, faz parte da formação cultural brasileira e, desde sempre, revelou um racismo velado e naturalizado.

2. O “Eu” e o “Outro”

Neste capítulo pretendo traçar um histórico sobre o etnocentrismo e o estranhamento em referência ao outro. Para isso, uso algumas noções retiradas da Antropologia Social que servirão como escopo para explicar o racismo.

A formação e a naturalização dos estereótipos é analisada no capítulo 2.2.

Seguindo uma linha marxista, a fundamentos da Análise do Discurso, que servirão como base teórica para a análise das matérias será fundamentada no capítulo 2.3.

2.1 Etnocentrismo e Racismo

*É um sobradinho torvo, encardido, com bandeiras de vidro azul na esquadria desaprumada e feia e uma soleira de porta imunda, umedecida pelas crianças e pelos cães vadios, que nelas, muitas vezes, dormem e ressonam. Por essa porta, que é a boca de um negro corredor onde réstia de luz não entra, estreito, com assoalho podre, a vacilar sobre os barrotes, saem, por vezes, homens trôpegos, caras macilentas, tipos de ar melancólico ou imbecil. Nem parecem homens, se não sombras, que mal se apuram deslizando no laje do acanhado da calçada. São fumadores de ópio, na maioria chins como o Afonso.
(Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*)*

O lugar imundo e escuro, onde crianças e cachorros tornam-se “vadios”, e os homens transfiguram-se em “sombras” com “faces macilentas”, estava localizado na Rua da Misericórdia, no centro do Rio de Janeiro, no final do século XIX.

Ponto de consumo de ópio, o sobrado era administrado por um homem com a fisionomia asiática e, por conta disso, chamado de “chin”.

O asco, a desumanização e a redução a estereótipos são algumas das impressões obtidas pela descrição realizada pelo autor da crônica, que visita o local pela primeira vez e escreve suas impressões de acordo com a sua subjetividade e histórico social.

No seu relato há o choque entre o familiar e o desconhecido, a estranheza e o repúdio ocasionado pela não compreensão da diferença. Antes mesmo de ver se havia realmente algum consumidor de drogas no local a ideia o atormenta. Ele não enxerga, por exemplo, a criança como vítima de uma exclusão social, pois o asco e o fato dela dormir naquele local à iguala aos cachorros que a rodeiam. O homem entorpecido que cambaleia está longe de ser um humano.

O administrador do local, por ter os olhos puxados, é reduzido a um adjetivo que remete a uma etnia oriental, apesar do nome “Afonso” pertencer a sua cultura. Mais de cem anos se passaram na mesma cidade, o ópio cedeu lugar a outras drogas - como o crack, mas os discursos midiáticos pouco variaram.

A mídia, por ser um espaço de excelência para a articulação dos mais variados discursos, se caracteriza como um local onde as relações sociais irão entrar em convergência e na qual representações do outro vão se concretizar e se re(formular).

De acordo com William MacDougall (1973), o noticiário diário exige certa redundância das notícias. Essas, por sua vez, são causa direta de nossas ações e influenciam psicologicamente a conduta do indivíduo, podendo, assim, representar uma fonte da cultura humana.

Sendo a cultura objeto direto das ciências antropológicas, para se entender os registros baseados na diferença é válido se fazer uma retrospectiva à literatura que contrapõe a dicotomia entre o “nós” e “eles” e tentar assim entender a origem social e histórica de sua reprodução.

Em seu livro “Relativizando”, o antropólogo Roberto da Matta (1979) aponta que desde as primeiras sociedades os homens registravam acontecimentos e fatos de acordo com o que julgava importante. Na maioria das vezes esse grau de importância baseava-se no que era considerado exótico, diferente.

Segundo Rocha (1988), o estudo dessas diferenças e suas formas de relativização, a maneira como o “eu” irá pensar o “outro”, formam a base do pensamento antropológico social. No decorrer da história esse pensamento limitou-se às vezes a uma visão etnocêntrica, quando o “eu” observava o “outro” de forma superior, com valores e modelos determinados, apontando uma dificuldade em entender e respeitar as diferenças.

Um dos principais marcos desse paradigma na história ocidental ocorreu a partir do século XV, com o advento das grandes navegações que proporcionou a exploração do além-mar e o encontro entre o homem europeu renascentista e os habitantes do novo mundo, os indígenas.

No Brasil, o primeiro relato etnocêntrico documentado é a carta de Pero Vaz de Caminha endereçada ao rei de Portugal, D. Manuel I. O texto ressalta a diversidade da flora e da fauna encontrada na nova terra, a beleza e a higiene das índias, compara o vigor físico sadio dos indígenas aos dos europeus.

No entanto, aponta com estranheza o conceito de estética dos habitantes, quando, por exemplo, cita a perfuração para ornamentação com ossos de animais nos lábios e as pinturas

corporais dos índios. A taxaço de que a cultura indígna é inferior e atrasada fica evidente quando Pero Vaz de Caminha diz ao rei “contudo o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente”. Por fim, Vaz relata ao Rei que ao ir embora deixou dois degredados, um deles, Afonso Ribeiro, acusado de homicídio. Sua pena seria ficar na terra desconhecida.¹

Apesar de identificar os índios como sadios, sem doenças e detentores de uma diversidade alimentar renovável, Vaz suplica ao Rei que salve “esta gente” - salvá-los de seu próprio mundo simplesmente por ser diferente do que era concebido como certo na cultura europeia, assumindo, então uma posição nitidamente etnocêntrica.

Este choque gerador do etnocentrismo nasce, talvez, na constataço das diferenças. Grosso modo, um mal-entendido sociológico. A diferença é ameaçadora porque fere nossa própria identidade cultural. O monólogo etnocêntrico pode, pois, seguir um caminho lógico mais ou menos assim: Como aquele mundo de doidos pode funcionar? Espanto! Como é que eles fazem? Curiosidade perplexa? Eles só podem estar errados ou tudo o que eu sei está errado! Dúvida ameaçadora?! Não, a vida deles não presta, é selvagem, bárbara, primitiva! (ROCHA, 1988:5)

O etnocentrismo caracteriza, então, um sistema de hierarquização cultural, limita e reduz a problemática cultural a um maniqueísmo – o bom e o ruim, o aceitável e o inaceitável. Essa visão egocêntrica do sujeito que se coloca em um patamar acima de outra cultura fica explícita no caso relatado acima, no encontro de culturas tão diferentes em que as relações sociais eram ditadas por padrões europeus, considerados pelos que detinham o poder econômico como referência do que era bom. O índio, assim, é retratado como exótico e primitivo. “A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada”. (VELHO, 1987:130)

Seguindo a lógica da hierarquização cultural, os primeiros estudos da antropologia na tentativa de retratar o “outro” recaíram na métrica do escalonamento de evolucionistas (Sir James George Frazer, Sir Edward Burnett Tylor, Lewis Morgan), em meados do século XIX. Na tentativa de retratar o “outro” criaram patamares culturais, referências e méritos de evolução tendo como base de medida a sua própria cultura e classificando o diferente como graus de atrasos. O que era diferente era considerado atrasado e/ou estacionário, e poderia evoluir com o tempo para a cultura nivelada do observador. (MATTA, 2010; ROCHA, 1988).

¹ Afonso Ribeiro permaneceu 20 meses no Brasil, conseguindo voltar a Portugal na expedição de Gonçalo Coelho (1501-1502). Ao ser deixado, em ato de desespero, tentou nadar até as naus que já estavam em alto mar. Quando constatou que não iria alcançá-las, rezou para morrer afogado. O mar agitado o trouxe de volta às margens, onde foi confortado pelos indígenas. O outro degredado foi identificado como João de Thomar e somente teve seu nome citado nos registros da época.

O século XX, como definiu o historiador Eric Hobsbawm (1995) foi um “século de extremos”. Em menos de 100 anos ocorreram momentos significativos de paz e guerra, fome e riqueza, industrialização e pobreza. Houve um rápido avanço tecnológico, e a sociedade reinventou suas formas de produção. A capacidade de domínio e expansão do capital alterou as formas de trabalho assim como de resistência e relações de poder.

Com o Estado Moderno a leitura etnocêntrica é minada dentro dos estudos antropológicos. Apesar disso, o fortalecimento do nacionalismo e da burguesia, aliado ao Romantismo enquanto movimento intelectual, faz com que seja reforçado um sentimento de pertencimento, de oposição simbólica e material ao diferente, ao exterior, ao estrangeiro. (COSTA,2005; VELHO, 2001).

A dualidade inerente ao indivíduo criado em uma sociedade etnocêntrica, em se enxergar o outro como um díspar resulta em diferentes consequências, sendo uma delas o racismo contra o usuário de drogas – racismo que é naturalizado através do discurso midiático.

Isso porque, ao se olhar a diferença inerente ao “outro” a partir dos códigos culturais presentes e compartilhados pela sociedade do “eu” adota-se uma postura etnocêntrica. Em analogia, pode-se pensar a estranheza ocasionada pela diferença étnica e econômica, como racismo.

Ao analisar os desdobramentos ocasionados pelo colonialismo e a visão eurocêntrica que dele derivou-se no mundo pós-moderno, Robert Stam e Ella Shohat(2006) afirmam que o racismo é, do ponto de vista histórico, um dos seus aliados.

Isso porque o racismo não está ligado somente ao estranhamento de culturas díspares e, sim, às relações de poder e dominação dentro de uma mesma sociedade.

O racismo é a tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder, sejam eles de natureza econômica, política, cultural ou psicológica. (...) Não é todo o grupo que detém o poder necessário para praticar o racismo, ou seja, para traduzir uma atitude preconceituosa em opressão social. (STAM &SHOHAT, 2006: 51)

Stam e Shohat chamam a atenção para os diversos tipos de gramática do estilo colonial racista. Uma das denominações é “recusar empatia” com a “adoção calma e cética diante de uma opressão”. (2006:53)

Um exemplo dessa apatia em relação a supostos usuários de drogas ocorreu em outubro de 2013, quando o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), conseguiu amparo judicial para a internação obrigatória de adultos por agentes de segurança.

A medida dividiu as opiniões públicas e de especialistas em Direito, já que a ação sobrepujava o direito constitucional de ir e vir².

A juíza Ivone Caetano, que um ano antes havia determinado a internação impositiva de crianças usuárias de crack, afirmou que a medida tinha apoio da sociedade, mesmo não ciente que a internação não tinha amparo legal.

Como cidadã, acho correto. Como juíza, não existe o mesmo amparo e as mesmas leis que protegem as crianças para que isso ocorra. Mas não podemos esquecer que se trata de uma questão de saúde e de segurança. Segurança para a sociedade e para os viciados. (...) Não entendo o que essas pessoas que são contra pensam. Talvez não tenham filhos. E se têm filhos, nenhum deles foi para o crack. (Folha de São Paulo, 27.10.2012)

A fala da magistrada é repleta de sentidos e, na justificativa dos autores, de racismo. Ela faz um jogo de auto interpelação – cidadã e juíza – para justificar uma medida que vai ao interesse do status quo vigente.

Também, demonstra apatia diante da negação de um direito constitucional ao usuário de crack. Ao afirmar “eles não devem ter filhos” tenta deslegitimar a opinião de grande parte dos críticos – como se o reconhecimento da injustiça alheia estivesse atrelada ao fato do crítico necessariamente ser atingido pela ação.

Em resumo, pressupõe um suposto “nós” enquanto sociedade em contraponto com “eles”, os viciados.

Em contribuição a essa análise do discurso racista velado, TeunA. Van Dijk (2008) afirma que o racismo contemporâneo possui como característica central a construção do discurso com uma negação seguida de ressalvas.

A estratégica da fala “não sou racista, mas” serve para, de forma alienada do sujeito, burlar códigos legais que tipificam o racismo como crime, mas são preconceitos partilhados dentro do grupo dominante branco, através da experiência cotidiana.

Dijk enumera quatro tipos clássicos de negação: a negação do ato (eu não fiz/eu não disse isso de jeito nenhum); a negação do controle (eu não fiz/não disse aquilo de propósito); a negação da intenção (eu não quis dizer isso/ você entendeu errado), a negação do propósito (eu não fiz/ não disse isso para).

2 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. Consta na página (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm), acesso no dia 07.05.2014

Em todos eles, o propósito é a alegação da “verdade”, através de um processo discriminatório da fala. Há o uso de estratégias de justificativas e, em um dos mais fortes na sociedade contemporânea seria o usado contra minorias através da provocação e culpa da vítima.

Desse modo a polícia pode se sentir justificada por agir com rigor contra jovens negros, como acontece em muitas cidades europeias e americanas, em virtude de supostas provocações, consumo de drogas ou outras ações negativas estereotipicamente atribuídas a jovens negros (DIJCK, 2008:164)

Assim, mesmo dentro de uma sociedade e dividindo o mesmo espaço urbano e cultural o que pressupõe uma familiaridade, esse familiar não é homogêneo. Diversos fatores determinam isso, principalmente a dimensão do poder e a dominação.

Cada categoria social tem o seu lugar através de estereótipos como, por exemplo; o trabalhador nordestino, “paraíba”, é ignorante, infantil, subnutrido; o surfista é maconheiro, alienado etc. (...) A etiqueta, a maneira de dirigir-se às pessoas, as expectativas de respostas, a noção de adequação etc. relacionam-se à distribuição social de poder que é essencialmente desigual em uma sociedade de classes. (DAMATTA apud VELHO, 1988: 127).

As esferas de poder, dominação e reprodução de estereótipos para a manutenção do status quo são componentes formadores de Ideologia. No próximo capítulo pretendo fazer uma retrospectiva desse conceito que é determinante para os fundamentos de Análise de Discurso.

2.2 Ideologia e Estereótipo

*Como ele pode reconhecer-me, se jamais me viu? Ele não sabia que, para os reis, o mundo é muito simplificado. Todos os homens são súditos.
(Antonie de Sant- Exupéry, O Pequeno Príncipe)*

Ideias *versus* realidade. Desde os filósofos da Grécia Antiga aos escritores contemporâneos sempre que o intento era a compreensão da relação do homem com a natureza não se foi possível fugir da noção de ideologia, mesmo que esse termo não tenha sido citado diretamente.

Ao analisar o termo ideologia, a filósofa Marilena Chaui (1980) parte da premissa que ao se sistematizar o pensamento grego, Aristóteles elaborou a teoria das quatro causas, ao tentar elaborar uma explicação para o movimento. Seja esse movimento o gerador de uma

árvore a partir de uma semente; o movimento de uma flecha; o movimento de locomoção de um corpo; ou o movimento vital, da trajetória de uma vida em direção à morte.

Na teoria Aristotélica, observou-se que tudo tinha uma causalidade. Mas, o mais importante, é que as causalidades não tinham o mesmo valor, elas eram hierarquizadas, indo de uma causa inferior a uma causa superior.

Apesar de ser uma elaboração metafísica, para explicar os fenômenos naturais, Chauí aponta que a explicação grega para a causalidade do universo é feita por estudiosos que estão inseridos em uma sociedade escravagista e, que a mesma teoria desenvolveu-se na era medieval, época em que a sociedade se baseava na escravidão, dividindo os próprios homens de forma hierárquica.

A forma de se conceber a causalidade e sua finalidade tem relação imediata com a forma da organização social, já que se um homem que possui uma posição social elevada irá se ver como a forma final e, um homem na posição de um escravo, irá se conceber dentro da estrutura social, como uma força motriz, ao trabalho. Ou seja, a teoria das quatro causas acaba considerando o objetivo final superior ao objetivo eficiente, esse que torna-se um simples meio para o que é considerado relevante.

A elaboração das teorias por qualquer pensador tem o objetivo intrínseco de retratar a realidade da forma como ele a enxerga, no que ele considera como verdadeiro. No entanto, ao fazer essa transposição da realidade para o plano das ideias estará sempre influenciado e imerso em uma relação social determinada.

Assim, Chauí afirma que os filósofos gregos, julgaram estar produzindo ideias “verdadeiras”, sem estarem sendo influenciados e ligados à realidade histórica momentânea. Esse, segundo a autora, é um dos primeiros traços da ideologia – esvaziar uma dedução, teoria, ou fato à história, os naturalizando e os tornando, falsamente, genuíno, face a uma criação espontânea.

Temos, portanto, uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações que, na verdade, é a transposição involuntária para o plano das ideias de relações sociais muito determinadas. Quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo ideias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas ideias poderá explicar a própria sociedade em que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas. (CHAUI, 1980:5)

A expressão “ideologia” foi usado pela primeira vez no livro “Elementos da Ideologia” (1801), do médico Cabanis e seus companheiros De Gérando e Volney e DeStutt de Tracy que a atribuíram, em um sentido positivo, à teoria genética das ideias. (Althusser, 1976; CHAUI, 1980).

Passado meio século, Karl Marx usa o termo ideologia de forma pejorativa para compreender o funcionamento do que chamava modo de produção capitalista, a partir de uma concepção materialista da História³.

Em textos escritos ao longo da segunda metade do século XIX e formadores da sua obra em conjunto com Frederich Engels, “A ideologia Alemã”, as análises sobre a tentativa de compreensão científica do capitalismo para sua transformação, de forma revolucionária, girava em torno de conceitos fundamentais dentre os quais o materialismo histórico, o modo de produção capitalista e a luta de classes.

Marx afirmava que a História era determinada pelas suas condições materiais de sua reprodução, e não da sua consciência. Portanto, para o materialismo histórico, são as suas condições materiais, o trabalho humano de transformação da Natureza, que estão na base de construção do mundo e não suas ideias.

Assim, para compreender o mundo é necessária a compreensão de como os homens produzem suas condições de existência, ou seja, seu modo de produção.

A abordagem marxista para o conceito de ideologia, em sua concepção crítica, a destaca como um instrumento utilizado pela classe dominante para o mascaramento do conflito existente entre esta e a classe dominada no modo de produção econômica de determinada sociedade, ou seja, sua infraestrutura utiliza-se da influência desta no ordenamento de suas instituições políticas e jurídicas (Estado e leis) bem como, na influência direta nas demais constituidoras desta superestrutura (moral, arte, religião). (CHAUI, 1980).

Assim, não seria exagero diferir, sob esta ótica, que a ideologia possui o papel de dissimular a consequente dominação de determinado grupo social sobre outro, buscando desta maneira construir um instrumento de consciência limitada da realidade.

Com base no pensamento marxista, Althusser elabora os conceitos de Aparelhos Ideológicos do Estado, que na concepção do autor são mecanismos reguladores da sociedade que funcionam pela ideologia – como a igreja, a escola, a família, o político, o sindical, a

³ O sentido pejorativo dos termo ideologia veio de uma declaração de Napoleão Bonaparte, durante um discurso ao Conselho de Estado, em 1812, em que disse “Todas as desgraças que afligem a nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história.” Com isto, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: eles, que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram chamados de “tenebrosos metafísicos”. (CHAUI, 1991)

mídia. Ainda de acordo com Althusser, todos os AIEs “contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração”.

Althusser (1991) ao formular uma teoria da ideologia marxista diz que se arrisca a esboçar um esquema que contribua para a análise, que considera desafiadora. O autor é cuidadoso ao apresentar as teses e diz que há limites em suas formulações.

As teses que estou prestes a formular certamente não são improvisadas, mas não podem ser sustentadas e provadas, isto é, confirmadas ou rejeitadas, a não ser através de estudos e análise minuciosos (ALTHUSSER, 1991:124)

As teses a que se refere Althusser são: “A Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, “A Ideologia tem existência material” e, sua tese central: “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. (ALTHUSSER, 1991)

Retomarei a tese de interpelação da ideologia enquanto sujeitos no capítulo sobre a teoria de Michel Pêcheux para a Análise de Discurso.

Seguindo a noção de ideologia marxista, o filósofo italiano Antonio Gramsci(), apontou em seus escritos de 1924, nos Cadernos do Cárcere, sua principal contribuição original para o marxismo: ao analisar as observações de Lenin sobre a dificuldade de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas, ele faz apontamentos do que seria seu conceito de Hegemonia - a conquista do consenso por uma determinada classe social. (COUTINHO, 2003).

Em consonância, Chauí aponta que uma classe é dita hegemônica “sobretudo porque suas ideias e valores são mantidos mesmo quando lutam contra essa dominação”. (CHAUI, 1980:

Já Barret (1991) aponta que, de forma geral, não fica explícito nos escritos de Gramsci como a abordagem de ideologia está em compasso com a ideia atual de hegemonia, pois Gramsci nunca foi claro em relação ao conceito.

Isso deve-se, em parte, pelo fato de Gramsci ter escrito os “Cadernos do Cárcere” durante o período em que esteve preso, na Itália e, para burlar a censura e a coerção, escrevia em forma de fragmentos.

Terry Eagleton (1997) faz o apontamento sobre a teorização gramsciana da questão da hegemonia como uma expansão do conceito marxista de ideologia, que deixa de ser uma representação e passa a constituir uma atividade política.

Um grupo ou classe dominante pode assegurar o consentimento a seu poder por meios ideológicos, mas também pode fazê-lo, digamos, alterando o sistema de tributação de maneira favorável aos grupos de cujo apoio necessita ou criando uma camada de operários relativamente opulenta e, portanto, razoavelmente inerte (EAGLETON, 1997: 105)

Apesar das diferenças nas interpretações, todos apontam a hegemonia como *uma organização do senso comum*⁴.

Devido aos escritos de Gramsci estarem em fragmentos, não está enfatizado se essa hegemonia refere-se à conquista do consentimento através dos aspectos ideológicos e/ou coercitivos. (BARRET, 1991).

Tentando elucidar essa questão, o teórico Stuart Hall sugere que “[o Estado pode controlar sem usar coerção] de molde a fazê-lo a chamar atenção para os aspectos não coercitivos da dominação de classes” (HALL apud BARRET, 1991:238).

De acordo com Coutinho (2003), Gramsci chama de aparelhos privados de hegemonia organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política.

Se partirmos do pressuposto que a mídia constrói a realidade ao mesmo tempo em que é construída por ela, podemos entender, então, como os discursos ditos hegemônicos utilizam esses aparelhos privados para difundir uma ideologia coerente ao *status quo*, apesar de não anular os discursos contra hegemônicos.

Nesse panorama, de acordo com o pensamento de Gramsci, é no maior ou menor grau de tensão entre esses dois discursos que podemos tentar evidenciar características do enquadramento que a realidade dá à naturalização dos fatos e da reprodução da ordem hegemônica estabelecida.

A noção de Hegemonia será essencial para Hall dissertar sobre os estudos culturais. O autor utiliza o conceito de hegemonia de Gramsci, como forma de dominação do senso comum, como essencial, principalmente aos trabalhos relacionados à raça e etnia.

Para Hall, Gramsci problematiza o conceito de base/superestrutura de Marx, incluindo novas variáveis e, através do conceito de hegemonia, abre a possibilidade para contestações, já que concebe o poder hegemônico como algo em constante mutação. (HALL, 1984).

⁴ De acordo com Barret (1991), Perry Anderson dá a essa questão uma inflexão diferente ao observar que o uso gramsciano da hegemonia é incoerente, visto que às vezes ele o usa para coerção, outras consentimento, outras uma síntese dos dois. Na monografia, como na análise irá aparecer o uso da força policial na coerção aos usuários de drogas, aliado ao consenso ideológico, irei usar hegemonia como uma síntese.

O autor, assim, defende que a hegemonia é portadora de um caráter de constante negociação e expande a concepção gramsciniana de elementos de liderança em um determinado bloco histórico ao ressaltar que não é somente quem detém o poder econômico que possui essa liderança, mas também os estratos das classes subalternas e dominadas e qual é a resultante para os estudos étnicos:

o momento hegemônico não é concebido mais como um momento de unidade simples(..)seu caráter é dado pela hipótese fundadora de que não há identidade ou correspondência automática entre as práticas políticas, econômicas e ideológicas. Isso começa a explicar como a diferença étnica e racial pode ser construída como um conjunto de antagonismos econômicos, políticos e ideológicos. (HALL, 2003:168)

Assim, há uma tensão constante entre os diversos grupos sociais e instituições. As organizações sociais, que Althusser chamou de Aparelhos Ideológicos do Estado, além dos grupos minoritários estão em constante luta pelo espaço, pelo poder.

Dentro desse embate, é que o campo cultural surge, como aponta Gramsci, pois é nele que os debates ideológicos são travados (GRUPPI *apud* ZANFORLIN, 2005). Ou seja, é no campo do simbólico onde são gerados os códigos para o senso comum.

Em contribuição, Hall argumenta que o senso comum é tão importante “porque constitui o terreno das concepções e categorias sobre a qual a consciência prática das massas realmente se forma” (HALL, 2003:322)

Ligado ao conceito de senso comum, Hall argumenta que para se fazer sentido no mundo é necessário a criação de tipos, classificando pessoas, objetos, o que o autor chama de tipificação.

Nós conhecemos uma pessoa através do papel que ela desempenha: se é uma criança, um adulto, um trabalhador, um amante, um aposentado. Nós a associamos a diferentes grupos de acordo com o gênero, classe social, idade, nacionalidade, raça, grupo linguístico, preferência sexual, etc. Nós a ordenamos através de sua personalidade: se é feliz, sério, depressivo, ativa. A representação que fazemos da pessoa é construída através das informações que correspondem a sua tipificação (HALL *apud* ZANFORLIN, 2005)

Já o estereótipo, de acordo com o autor, serve para reduzir o maximizar as características de alguém ou de um grupo a fim de garantir o empoderamento de uma classe considerada padrão para diferenciá-la do grupo desviante, minoritário.

Estereótipo, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem simbólica. Demarca uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “desviante”, o “o aceitável” e o “inaceitável”, “o que pertence” e o “que não”, “os de dentro” e “os de fora”, “o nós” e o “eles”. (HALL, 1997:258)

Assim, os estereótipos são uma forma do “Eu” realizar uma barreira simbólica em relação ao “Outro”. Para além do campo da diferenciação, é uma forma de naturalizar e legitimar normas e convenções de uma ideologia considerada hegemônica. (FREIRE, 2004).

Uma outra contribuição para o conceito de estereótipo é feita por Homi Bhabha, que sugere a leitura do conceito de estereótipo como uma forma de fetichismo, de fixação.

Bhabha (1998), ao discorrer sobre o discurso colonial, sobre o sujeito colonizado e colonizador, aponta características intrínsecas à manutenção do poder pela classe que detém a dominação, e os consequentes valores de superioridade na hierarquia social. O autor afirma que o discurso colonial possui uma dependência de fixidez na construção ideológica da alteridade.

Uma das características perpetradas para a manutenção do *status quo* é justamente o estereótipo, que maximizado através de gerações e, principalmente, fixado, cria uma ideia negativa sobre o “outro”.

Assim, a análise do conceito de estereótipo, como fixador racial do discurso colonial, ocorre no campo do fetichismo, justamente por esse conceito representar a recusa da diferença.

O estereótipo também pode ser visto como aquela forma particular, “fixada”, do sujeito colonial que facilita as relações coloniais e estabelece uma forma discursiva de oposição racial e cultural em termos da qual é exercido o poder colonial. Se alegarmos que os colonizados são, na grande maioria dos casos, objetos de ódio, podemos responder com Freud que a afeição e a hostilidade no tratamento do fetiche – que correm paralelas à recusa e à percepção de castração – estão misturadas em proporções desiguais em casos diversos, de modo que um ou outro torna-se mais claramente reconhecível (BHABHA, 1998: 121)

Assim, a fixação é estabelecida - através do sentido de reconhecimento e, ao mesmo tempo, de recusa, de uma forma complexa do prazer e do desprazer. Cria-se, desse modo, através do estereótipo ou fetiche, uma espécie de “fantasia colonial”, perpassada por gerações e pela hegemonia vigente.

Em relação aos usuários de crack os estereótipos e reducionismos são inúmeros. Em uma rápida pesquisa indaguei alguns repórteres policiais e agentes de segurança pública sobre nomes que eram usados para identificar supostos usuários de crack no Brasil.

Eles citaram adjetivos como “viciado”, “dezesseis”, “maconheiro”, “chincheiro”, “boletero”, “vagabundo”, “picador”, “cheirador”, “sacizeiro”, “noiado” e “broncudinho”.

Todos os nomes citados serviam para reduzir os indivíduos a uma distinção do “outro”, uma clara barreira entre “os jornalistas” e os “policiais”, e a moradores das áreas onde havia a suspeita de usuários de drogas. Todos os estereótipos servem para semear uma imagem fixa a um suposto usuário de entorpecentes.

Dessa forma, percebe-se como a ideologia é forma, molda esses estereótipos, fixa-os e consegue perpetrar as ações que são de interesse do *status quo* vigente.

2.3 Fundamentos para a Análise do Discurso

Desde os primeiros registros da escrita cuneiforme⁵, considera a escrita mais antiga do mundo, fica evidente o que o homem pensa no que deve registrar ou não, no que deve falar ou já foi esquecido, no que convém dizer e não dizer.

É claro que o esquecimento ou a não de uma palavra está inserida no contexto social do indivíduo e na moral decorrente da época. Para a teoria da Análise do Discurso (AD) desenvolvida na França a partir da década de 1960, no entanto, a explicação para esse esquecimento não é somente em decorrência do *démodé*, da passagem do tempo.

Ao contrário do que propunha a linguística estrutural de Saussure, cuja semiologia defendia uma dicotomia entre língua e fala, Pêcheux, com base materialista, demonstrou que a língua não é unívoca que o real da história é afetado pelo simbólico e que o sujeito de linguagem é constituído tanto pelo real da língua quanto pelo da história, pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2005, p. 19-20).

Para Pêcheux uma das maneiras da materialidade ideológica se concretizar é no discurso, tornando-se esse, assim, um dos aspectos materiais da ideologia.

a região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada. Dessa forma, é uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia (BRANDÃO, 2004:46)

Ao se sustentar que o discurso – em vez de ser construído com base em um real independente dos processos psíquicos – se mobiliza conforme a formação em que é produzido, coloca-se aquele que fala não mais como autor do seu dizer, mas como alguém que está inserido em uma fórmula de discurso.

⁵ Os documentos mais antigos datam de 3.200AC e foram encontrados na cidade de Uruk, atual Iraque. O nome da escrita cuneiforme vem do latim *cuneus* (canto) pois ela é resultado da incisão de um estilete em argila. (POZZER, 1998)

Dentro da AD há dois conceitos tradicionais que permeiam essa ideia: a Formação Ideológica (FI) e a Formação Discursiva (FD). “A formação ideológica tem necessariamente como um dos seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas” (BRANDÃO, 2004).

Ou seja, o sujeito está cercado por um imaginário que atribui sentidos específicos ao que se diz, conforme a sua dimensão ideológica constitutiva. Este processo de incorporação de sentidos é da ordem do inconsciente, uma vez que “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos mas não aprendemos como fazê-lo. [...] Certamente o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 16).

Assim, Pêcheux aponta que é em decorrência de dois esquecimentos que o sujeito se coloca no mundo por meio do discurso. O primeiro é o de que ele pertence a uma FD cuja ideologia o afeta: “Por esse esquecimento, temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (*ibidem*:35.). O segundo diz respeito à ilusão de “acreditar que há uma relação direta de significado entre pensamento, linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com essas palavras e não outras” (*ibidem*:35).

Neste trabalho, as formações discursivas aparecem nas matérias dos jornais analisados no silenciamento de vozes e da fixação de estereótipos, uma vez que as notícias são formas construídas socialmente, como frutos de posições ideológicas que determinam o que deve circular na sociedade em termos de produção discursiva.

Uma vez que as formações discursivas apresentam como característica constitutiva um jogo entre memória e esquecimento, pode-se apontar que o lugar da memória relaciona-se a práticas do discurso, a regularidades estabelecidas pela reiteração do uso, uma vez que cada FD “delimita ‘aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada’” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1999).

A esta memória discursiva dá-se o nome de interdiscurso, ou seja, aquilo que, segundo Pêcheux, “fala antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2009:162), conforme seu uso na sociedade, que vincula aos dizeres certas ideias. Nesse sentido é possível definir a memória – ou interdiscurso – como “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer.” (ORLANDI, 1999: 64.)

Este processo de reiteração é chamado de paráfrase, definida por Achard (1999:16) como o conjunto de derivações possíveis em relação ao dado, cuja ocorrência é estruturada pela regularização, situando-o dentro de séries. A respeito dessa ideia, apresentada em uma mesa-redonda, Pêcheux, como mediador, comenta que tal regularização “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”, ao deslocar e desregular “os implícitos associados ao sistema de regularização” (PÊCHEUX, 1999:52).

Portanto, a construção de sentidos não é estática, cristalizada e imutável: o jogo do esquecimento abre espaço também para a reconstrução semântica, e isso não se dá apenas com variantes semânticas sincrônicas ou diacrônicas. Orlandi (1990:80) nos diz que enquanto é possível observar uma regularidade dos processos semânticos em uma formação discursiva, em meio ao limite se faz presente também o deslimite, a transgressão, como “uma ruptura possível, iminente”. Como ocorre a irrupção do novo no já-dito? Em “uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 1982:5, apud ACHARD). Retomando uma das colocações mais reproduzidas de Pêcheux, vale ressaltar que a

memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.
(PÊCHEUX, 1999:10 *apud* ORLANDI)

Citando Pêcheux, Orlandi (1999:65) explica que a ideologia é um ritual com falhas, sujeito ao equívoco, que permite que do já consolidado possa surgir o irrealizado, “no movimento contínuo que constitui os sentidos e os sujeitos em suas identidades na história”. Isso porque o sujeito atravessa e é atravessado por vários discursos, e não tem uma relação mecânica com a ordem social de que faz parte, sendo incompleto, ou seja, relacionando-se de forma dinâmica com a alteridade, entre o poder e o desejo, de forma que “não há um sujeito-em-si (onipotente) nem um sujeito totalmente determinado pelo fora (reproduzido)” (ORLANDI, 1990:84).

A paráfrase permite, dessa forma, o deslocamento do modelo, operado por um sujeito que não deixa de ser histórico, uma vez que lida com construções sociais, mas alia suas formas à diferenciação na produção de sentido através de operações e processos que passam pela memória discursiva e pelo esquecimento: “Se o real da língua não fosse sujeito a falha e

o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos.” (ORLANDI, 1995:37.)

Nesse panorama, Orlandi (idem) entende que é em meio ao conjunto de regras que regem a produção lexical e frástica de uma língua que a criatividade acha espaço; não na reprodução, mas exatamente por meio de uma “ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e a língua” (idem).

Apoiando-se nos pressupostos de que o sujeito não é senhor do que diz, que o discurso é determinado por circunstâncias que não estão sob o domínio do falante, que não há neutralidade nas palavras, uma vez que elas são atravessadas pelos discursos de que fazem e fizeram parte, ou seja, que o discurso é produto do interdiscurso, Jacqueline Authier-Revuz (1990) sustenta que a fala é fundamentalmente heterogênea e que o que é exterior ao sujeito – a saber, o discurso e a ideologia – é constitutivo de sua interioridade, de forma inconsciente.

Uma vez colocada a dimensão heterogênea que é parte de qualquer discurso, a partir da constatação de que discursos outros se inscrevem na cadeia discursiva, alterando a sua unicidade aparente (idem, p. 29), Authier desenvolve o seu conceito de heterogeneidades enunciativas: pequenas pistas que o falante deixa em seu discurso da inserção de uma fala que lhe é exterior. Elas podem ser tanto marcadas quanto não marcadas:

Quanto às marcadas, constituem pontos exteriores ao discurso. São eles (idem, p. 31): outras línguas; outros registros discursivos (familiar, adolescente, grosseiro etc.); outros discursos (técnico, feminista, marxista, moralista etc.); outra modalidade de consideração de sentido para uma palavra (recorrendo ao exterior, a um outro discurso especificado), ou seja, pela citação, ou aquele da língua como lugar da polissemia, homonímia, metáfora, etc; uma outra palavra, potencial ou explícita nas figuras de reserva (“se assim se pode dizer”) de hesitação e de retificação (“ou melhor”, “eu deveria ter dito”), de confirmação (“é exatamente isso que eu quero dizer”).

Esses pontos são, de certa forma, uma evidência de que o sujeito percebe que a sua enunciação não se completa espontaneamente, isso porque a língua por si só não é capaz de tornar exatas as suas falas, recorrendo a um exterior para que a comunicação ocorra ilusoriamente de forma mais efetiva. Isso acontece de forma pontual, em momentos que o enunciador “encontra uma resistência da língua ao seu apagamento naquilo que é o evidente do dizer” (AUTHIER-REVUZ, 2011:652). Percebe, contudo, ainda se colocando como senhor de sua fala, como se essa percepção provasse que ele busca preencher as falhas

encontradas, o que Authier descreve como um “‘eu sei o que eu digo’, isto é, sei quem fala, eu ou um outro, e eu sei como eu falo, como utilizo as palavras” (AUTHIER-REVUZ, 1990:32).

Diante da palavra que resiste, o falante se surpreende, vê sua atenção presa por ela, que parece ser insubstituível. Contudo, essas “paradas sobre palavras não remetem a insucessos ou ajustamentos da interação: aparecem como pontos sensíveis no avanço do dizer – com aquilo que comporta de ingovernável, de descoberta e de tropeço.” (AUTHIER-REVUZ, 2011:658.) Trata-se, sim, de “não ser surdo ou cego às palavras, e dar-lhes tempo de ressoar, de pesar, de afirmar sua identidade” (idem).

Com relação às formas não marcadas, dá-se como exemplo o discurso indireto livre, a ironia, “uma forma mais arriscada, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder” (AUTHIER-REVUZ, 1990:34).

Como os estudos antropológicos apontaram há um estranhamento e um fascínio frente ao diferente, e o conceito de estereótipo de Bhabba fortalece essa ideia.

Esse estranhamento estabelece um efeito disparador dos registros simbólicos ocasionando “uma resposta reparadora por parte do aparelho psíquico e da cultura, para a fissura sentida frente ao desejo do outro” (FERREIRA, 1999:42).

Esse sistema acionado, de acordo com o autor, faz com que o sistema simbólico emerja, e o processamento de sentido é mediado pela palavra onde tenta operar a diferença através da semiotização.

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela apóia sobre mim em uma extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1990:113 *apud* FERREIRA).

Assim, Bakhtin compreende que os discursos como qualquer representação da realidade e a linguagem como o instrumento utilizado pelo homem para estabelecer suas relações com os outros homens e com o mundo, e, portanto, para transformar essas relações, ela adquire a centralidade na estrutura de poder da sociedade.

Sendo assim toda linguagem é uma construção social, uma convenção e é ela que faz a mediação entre os homens e sua realidade objetiva. O autor afirma que o universo dos signos existe paralelamente ao real e que, um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. (BAKHTIN, 1999).

Uma das maiores contribuições do trabalho de Bakhtin para vários campos, principalmente o da comunicação, é a célebre oposição entre discurso monológico e discurso

dialógico. Monológico é o discurso de uma só voz, e dialógico ou polifônico, o discurso de múltiplas vozes.

Sendo assim, um texto é um produto heterogêneo, pois tem origem na mescla de variadas vozes, de diferentes lugares, atemporais. Os textos não apresentam unicamente a voz do sujeito como sendo o autor.

Essa noção de autoria dos discursos é o conceito de polifonia, que classifica em um texto essas múltiplas vozes da seguinte forma: heterogeneidade mostrada, quando o receptor consegue identificar claramente a origem dessas vozes tanto por citações diretas ou por ser um tema em evidencia no contexto da formulação do texto; heterogeneidade constitutiva, quando a origem das vozes não pode ser diretamente recuperável, e elas aparecem como vestígios de outros textos. (PINTO,2002).

Assim, como o texto é sempre elaborado e “reelaborado”, adquirindo vozes do presente ou do passado, de forma consciente ou não, é possível afirmar que um texto nunca é um monólogo. Ou seja, sempre está dialogando com outro texto, que tem outras vozes, estabelecendo o conceito de dialogismo. Dessa forma, o conceito de polifonia pode ser visto como um pressuposto do de dialogismo.

Logo, Bakhtin concebe o diálogo como o produto da relação de alteridade entre duas consciências existentes a partir do momento que critica o privilégio da descrição formal e normativa sobre o mutável e a desvinculação da palavra sobre o contexto histórico de sua utilização. Por isso, concebe a enunciação como produto da interação de mais de um indivíduo mesmo que o interlocutor seja uma virtualidade representativa da comunidade no qual está inserido o locutor:

(...) todo o discurso concreto encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado envolvido pela névoa escura, ou pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram dele. (BAKHTIN, 1999:86).

Se diferirmos que as representações sociais dos usuários de crack na mídia não apenas refletem e refratam a realidade, mas também são elementos que a constituem, podemos considerar que essas mesmas representações refletem e refratam a luta entre as forças sociais e que o sentido que essas representações atribuem a essa realidade não é neutro, na medida em que os signos pressupõem um lugar de enunciação.

3. Crack como Desordem

A partir de um histórico do surgimento do crack nos EUA e a migração da droga para o Brasil pretendo mostrar aspectos de como na cultura brasileira e no consenso seu lugar ficou enraizado no imaginário como pertencente à periferia. Assim, surgem aspectos da impureza, do risco e da violência.

No outro capítulo faço apontamentos que possa desconstruir essa ideia, a partir de uma pesquisa feita pela Fiocruz sobre dados dos usuários de drogas e seu perfil. No mesmo capítulo, explico o programa Crack é possível vencer!” e a gênese da Força Nacional de Segurança Pública.

3.1 A gênese do Crack: periferia como impureza e perigo

Até meados dos anos 1970 o consumo de cocaína por via pulmonar era desconhecido na América Latina. Até então, somente a mastigação da folha era usada como hábito cultural. O hábito de se fumar a pasta das folhas de coca tornou-se popular e sofreu aumento progressivo (NEGRETE,1992; MORGAN JP; ZIMER L, 1997).

Já nos anos 1980 surgiu nos Estados Unidos a cocaína na forma de base livre, ou *freebasing*, sintetizada a partir da adição de éter sulfúrico a cocaína refinada em meio aquoso altamente aquecido. Assim como o consumo da pasta base o *freebasing* é considerado o precursor do crack nos Estados Unidos. (HAMID, 1991).

O crack propriamente dito surgiu entre 1984 e 1985 em bairros pobres e marginalizados de Los Angeles, Nova York e Miami. Era obtido a partir de um processo caseiro e utilizado em grupos, em casas abandonadas chamadas “crack houses”. (GETER, 1994: 29).

Os cristais eram fumados em cachimbos e estalavam quando expostos ao fogo. Essa substância produzia uma euforia de grande magnitude e curta duração, seguida de fissura intensa e desejo por uma nova dose. Além do baixo preço da droga, com o avanço da Aids que era transmitida também por via intravenosa, o crack atraiu novos consumidores que não poderiam pagar por drogas mais caras como a heroína e as seringas. (LARANJEIRA, 2012)

Assim, na sua origem o crack estava ligado a zonas de pobreza, guetos ocupados por sua maioria de pessoas com etnias latinas e negras.

No decorrer da formação da memória discursiva, o crack vinculou-se à ideia de estar ligado somente à sociedade marginalizada, principalmente das grandes cidades. Logo, passou a ser visto como algo aquém dos limites permitidos da sociedade, ou seja, da ordem. A sua

condição marginal lhe dá caráter social de perigo para os que vivem do lado de dentro da fronteira, que é constantemente ameaçada pelos do lado de fora desse limite, os “viciados”, sujos, entregues à desordem.

Bauman (1997) analisa que é impossível desvincular a ideia de pureza de ordem e isso tem relação ao local, à localização do objeto dito sujo do que ele propriamente em si.

O autor exemplifica que com a intervenção humana na natureza, como as sobras de um piquenique é criada uma distinção e não uma imundice (a natureza não se torna imunda por conta disso). Mas o fato de algum resíduo estar no lugar que não deveria, no imaginário social, é uma desordem.

Em analogia, podemos pensar o local marginal - que no inconsciente coletivo, é reservado aos usuários de crack, sendo assim, sinônimo de desordem e impureza.

Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas aos seus devidos lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas fora do lugar. (BAUMAN, 1997:14)

A questão do perigo oriundo da desordem foi descrito por Mary Douglas (1998), ao analisar diferentes rituais de pureza e perigo na sociedade. Um deles, o relacionado aos marginais, aos que estão em perigo, é descrito como algo que foge da ordem, causa desordem, mas ao mesmo tempo não é condenável como um todo, pois há o reconhecimento de sua potencialidade, representando tanto perigo quanto poder.

[os marginais] vivem perto o suficiente para que contatos não previstos ocorram entre os seres sociais plenos e prescritos. Então, achamo-los comportando-se como tipos de índole criminal e perigosa. São autorizados a assaltar, roubar e saquear. Este comportamento é até prescrito a eles. Comportar-se antissocialmente é a expressão própria da sua condição marginal (DOUGLAS, 2012:120)

O pensamento de Douglas está em compasso com a definição de estereótipo de Bhabha, ao discorrer sobre o fetichismo. Ao mesmo tempo em que condenamos, nos sentimos atraídos.

O imaginário de higienização social relacionada à periferia ficou claro no episódio da Revolta das Vacinas (1904).

Após a abolição da escravatura, em 1888, ocorreu um êxodo do campo para a cidade com a crise da produção cafeeira no Brasil. O Rio de Janeiro era a principal capital da

República, atraindo ex-escravos e imigrantes, que se juntaram em cortiços no centro da cidade e aumentaram o já elevado número de pessoas com funções informais e vivendo em condições precárias.

Em 1902 já eram contabilizadas 600 construções chamadas de cortiços em ruas estreitas do centro da Cidade, que não tinham condições sanitárias adequadas tornando-se, assim, focos de doenças como a malária, febre amarela e varíola.

A propagação dessas doenças foi um dos pretextos que faltava para a reforma urbana do então presidente Rodrigues Alves (1902-1906): adequar a cidade do Rio de Janeiro ao *status* de capital do Brasil com a construção de largas avenidas e grandes edificações.

Assim, milhares de pessoas são expulsas do Centro em direção à periferia e aos morros.

No dia 05 de novembro de 1904, aprova-se a Lei da Vacina e há um estopim da revolta. Em oposição, cria-se a Liga contra a Vacina Obrigatória e na cidade assiste-se a uma verdadeira guerra, com a população derrubando bondes, armando barricadas e atacando as forças policiais. No dia 16 de novembro, o governo declara estado de sítio e suspende temporariamente a obrigatoriedade da vacina. O saldo do episódio foram 50 mortos, 110 feridos, vários presos, a maioria desterrada no Acre (BORGES, 2009:76)

O linguista francês Jean-Jacques Courtine em seu ensaio “O desaparecimento dos Monstros”, também faz uma contribuição em relação ao pensamento sobre ordem, mostrando um outro viés: a compaixão por algo que causa repulsa com a proximidade.

O ensaio faz uma análise sobre a transformação da sensibilidade em relação ao olhar à deformidade humana no Ocidente, ao discorrer sobre a indústria do divertimento em massa no século XX.

O autor relata que o entretenimento era pontuado por exposições públicas de pessoas com deformidades físicas, com doenças congênitas. A má formação anatômica, quanto mais rara, era vista como algo exótico e exibida em feiras públicas, mediante pagamento.

Já a partir de 1940, pontua o autor, a questão da deformidade física começa gradualmente a se constituir como algo constrangedor e o prazer da exibição, passa ser mórbido. O clamor público pelo fim das feiras torna-se legalizado e as autoridades públicas expandem locais de estudos e internação para o tratamento médico das deformidades.

Assim, o que antes era objeto de atração, torna-se repulsivo, incômodo com a sua proximidade – mas alvo de compaixão, desde que esteja longe dos olhos.

Quanto às autoridades administrativas, sacudindo o pó de uma longa indiferença, subitamente passam a se preocupar com os perigos aos quais a exibição de curiosidades expõe a ordem e a moral pública. Querem

enquadrá-la, e em seguida, querem vê-la desaparecer. Manifesta-se uma nova sensibilidade por essas deformidades que vivem a miséria de uma existência precária sobre os palcos dos teatros das feiras, “mulheres-macaco” e “homens-elefante”. Pouco a pouco, será reconhecida a humanidade e experimentado o sofrimento destes grotescos agrupamentos de membros que provocavam a estupefação e a repulsa, destas formas torturadas sobre as quais choviam chistes e impropérios, destas feiúras bestializadas que suscitavam medo e, às vezes, excitavam a crueldade. Esta será uma das descobertas científicas, literárias e estéticas do século XIX: os monstros têm uma alma, são humanos, *terrivelmente humanos*. (COURTINE, 2004:12)

A atração e a repulsão humana frente a algo que causa desordem e perigo, foi trabalhada por Paulo Vaz e Gaelle Ronny (2008) ao analisarem as experiências urbanas e as narrativas do crime. Para os autores, entre os aspectos de atração está o fato da mídia construir a realidade do crime usando os aspectos do medo e da compaixão.

A noção de territorialidade, de espaço ocupado dá a noção, de acordo com os autores, para o diferimento sobre insegurança. O risco passa a ser modelo para se saber o que é liberdade.

desempenhado pela noção de risco nos processos contemporâneos de subjetivação sinaliza para emergência dessa nova figura do direito, isto é, o direito não escrito, mas provavelmente já internalizado pelos indivíduos, de que “ninguém deveria ser obrigado a alterar seu estilo de vida por que outros o expõem a riscos”. Sua contrapartida positiva é: “as pessoas podem expor-se aos riscos que voluntariamente estão dispostos a correr”. Cabe ao Estado impedir que outros inescrupulosos, “sem coração”, dispostos a tudo por nada, sem nenhum respeito pela vida, ameacem nossa rotina. (VAZ&RONNY, 2008: 19)

A noção de possibilidades futuras, de estimativa de riscos são elementos centrais da modernidade (GIDDENS, 2002). A preocupação, no entanto, não tem relação direta com a prevalência de perigos à vida. O autor destaca, por exemplo, que a sociedade moderna está em uma posição mais segura que em épocas anteriores, quando no século XIX, na Inglaterra, epidemias matavam centenas.

Ocorre que na sociedade moderna há um cortejamento ao risco futuro e essas são ratificadas pelo apelo à segurança. “O risco se refere a acontecimentos futuros – ligados às práticas presentes – e portanto a colonização do futuro abre novas situações de risco, algumas das quais institucionalmente organizadas” (GIDDES, 2002:111).

Esse horizonte de possibilidades futuras foi descrito em um ensaio do historiador Alessandro Portelli (1996), que analisou o medo a criação subjetiva de risco na história oral. O autor cita dois exemplos: a possibilidade de um escravo no século XIX de receber uma

chibatada e o medo de alguém que nunca usou uma droga morrer em consequência do seu uso.

No primeiro caso, o autor cita que historiadores quantitativos⁶ chegaram à conclusão que um escravo, no ano de 1817, nos Estados Unidos, era açoitado 0,7 vezes por ano. Mesmo sendo impossível fisicamente a possibilidade de se açoitar alguém 0,7 vezes, todos os escravos, através de relatos, sabiam da possibilidade desse castigo e tinham medo dessa possibilidade futura.

No caso das drogas, nos anos de 1980, o imaginário de se morrer em consequência de sua administração tomava corpo no consciente coletivo, mesmo por quem não tinha contato com vendedores ou traficantes. O autor relata uma entrevista com uma jovem de classe média alta, após quatro jovens terem morrido em consequência de uma overdose.

Nos anos setenta em Térmni quatro jovens morreram de overdose de heroína. Um número relativamente pouco importante, se não fosse o fato de que até então ninguém havia morrido dessa maneira. A droga começava a fazer parte das possibilidades, dos riscos, das preferências de toda uma geração. Assim, uma moça que nunca havia tido relação alguma com o mundo dos viciados em drogas nem com a contracultura, me dizia numa entrevista que sentia que estes mortos a afetavam diretamente: indicavam um caminho que ela também poderia haver tomado. (PORTELLI, 1996: 8)

Assim, a territorialidade marginal traz consigo no imaginário coletivo a ideia de imundice, ao mesmo tempo em que realça sentimentos contraditórios de compaixão e repulsa. Não seria impreciso deferir que o usuário de crack é um exemplo, no imaginário coletivo, na formação da memória social, de sinônimo de impureza, de desordem, e de risco.

A mídia ratifica as ações do Estado, como veremos nas matérias, já que esse se utiliza de argumentos da compaixão e do risco futuro, mostrando sua face policial com o objetivo sanitarista. Para isso, pretendo realizar apontamentos nos dois capítulos seguintes de como o usuário de crack está distribuído no Rio de Janeiro e as políticas públicas e de segurança que o Estado utiliza para manter a ordem social vigente.

3.2 “Crack, é possível vencer!” e a Força Nacional de Segurança Pública

⁶ Estudo realizado pelos historiados Robert Fogel e Stanley D. Engerman.

Com o slogan “Crack, é possível vencer!” e com cartazes que continham as frases “Enfrentar o Crack. Compromisso de todos”, o governo federal lançou em dezembro de 2011 o maior programa direcionado para tentar recuperar usuários de Crack no Brasil.

Na justificativa do seu lançamento, sem se basear em pesquisas, o governo afirmou que o programa era necessário já que o crack estaria “se disseminando na maioria dos centros urbanos do país, alcançando cidades do interior e zonas rurais”.

Com investimento inicial de R\$ 3,92 bilhões, o programa firmava uma articulação entre as diferentes esferas de governo, além da participação da sociedade civil na reinserção do usuário de drogas. O amparo legal do programa ganhou apoio na lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

A lei estabelecia medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas, reunindo diversas ações que envolvem diretamente as políticas de saúde, assistência social, segurança pública, educação e garantia do direito.

As ações de programa “Crack, é possível vencer!” são organizadas em três eixos temáticos: Prevenção, Cuidado e Autoridade.

De acordo com a assessoria do ministério da Justiça, o programa se resume em

um conjunto de ações do Governo Federal para enfrentar o crack e outras drogas. Com investimento de R\$ 4 bilhões e articulação com os estados, Distrito Federal e municípios, além da participação da sociedade civil, a iniciativa tem o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção até 2014. Integram as ações dos ministérios da Justiça, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos⁷

Na área da saúde, o programa prevê a estruturação da rede de cuidados que iria auxiliar os dependentes químicos e seus familiares na superação do vício e na reinserção social. A rede seria composta de equipamentos de saúde distintos, para atender os pacientes em situações diferentes.

A meta era a criação de enfermarias especializadas nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). Até 2014, o Ministério da Saúde repassou recursos para que estados e municípios criassem 2.462 leitos, que seriam usados para atendimentos e internações de curta duração durante crises de abstinência e em casos de intoxicações graves.

⁷ Dado fornecido pela assessoria de imprensa do Ministério da Justiça à autora.

Para estimular a criação desses espaços, o valor da diária de internação crescerá 250% - de R\$ 57 para R\$ 200. Ao todo, somente para essa área, desde que o programa foi criado, foram investidos R\$ 670,6 milhões.

Nos locais em que há maior incidência de consumo de crack, o governo criou 308 consultórios de rua, que realizaram atendimento volante. Cada consultório continha equipes de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. A ação despendeu cerca de R\$ 152,4 milhões de recursos, atendendo a municípios com mais de 100 mil habitantes.

O programa pedia aos municípios que os chamados Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad) passassem a funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana. Até 2014, eram previstas 175 unidades em todo o país, mas somente metade foram construídas. Estes centros pretendiam oferecer tratamento continuado, com possibilidade de internação de até 400 pessoas/mês.

O atendimento, de acordo com o Ministério da Justiça, seria reforçado também pela criação de unidades de acolhimento, visando os cuidados para manutenção da estabilidade clínica e o controle da abstinência.

Para o público adulto, o programa previa a criação de 408 estabelecimentos e, para isso, foram investidos R\$ 265,7 milhões entre 2011 e 2014. Já para o acolhimento infanto-juvenil, pretendia-se criar 166 pontos exclusivos para o público de 10 a 18 anos de idade, com investimento de R\$ 128,8 milhões, no mesmo período.

Para esse conjunto de ação no campo da Saúde, o programa reforçou o eixo “Autoridade”, com o uso intensificado das ações de inteligência e de investigação para identificar e prender supostos traficantes de drogas, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas.

Assim, o contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal foi reforçado, desde 2011, com a realização de novos concursos públicos e contratação de mais de 2 mil novos policiais.

Também foram destinados recursos para o policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde foram serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo.

Todos os recursos federais foram repassados aos Estados por meio de convênios, nos quais os Estados afirmavam que “iriam prestar atendimento a pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar mais segurança com a identificação e prisão de traficantes”.

Assim, cabe ao governo Federal disponibilizar recursos financeiros para os Estados, municípios e Distrito Federal, que aderem ao programa assumindo a contra partida de implementar novos equipamentos de saúde, assistência social e segurança pública.

Na esfera da Segurança Pública, os policiais devem ter formação na doutrina de polícia de proximidade, considerada “polícia comunitária”. O objetivo é incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

A ideia de polícia comunitária já existia com a criação dos chamados GPAES (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais), criado no ano de 2000 durante o governo de Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro.

No entanto, ganha uma roupagem nova com o surgimento do programa UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), em 2008, com a doutrina de além de ser uma polícia de proximidade, traz consigo auxílio social à comunidade.

Para a implementação de uma UPP é necessário que agentes do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), tropa de elite da PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), anuncie que irá fazer uma operação no local. Assim, muitos traficantes e pessoas com mandados de prisão têm tempo de sair da favela e começa o chamado “processo de pacificação”. Também, usuários de drogas, estabelecidos em um local na comunidade ou próximo a ela, migram para outra localidade da cidade.

No processo de pacificação, a PM usa a doutrina de proximidade baseada na conquista de “corações e mentes” e, assim, tentar angariar a simpatia e colaboração dos moradores locais.⁸

Com o sucesso das primeiras experiências de UPP no Rio de Janeiro, o modelo vira referência nacional de política de segurança, apesar das inúmeras críticas ao projeto devido à corrupção e truculência policial.

Assim, o termo “proximidade” passa a ser integrante do programa “Crack, é possível vencer!” procuram agentes de segurança que sejam formados na doutrina, que tem cursos de especialização específicos para a área.

O eixo de proximidade fica estruturado em três bases: na escola, na comunidade e na comunicação com a população. É criado o Programa de Prevenção do Uso de Drogas na Escola tem a proposta de capacitar 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares do

⁸ A expressão “Minds and Hearts” aparece pela primeira vez no manual dos fuzileiros americanos, durante a Guerra do Vietnã. A ideia era fazer ações sociais para a população local aceitar o trabalho de militares estrangeiros.

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) para prevenção do uso de drogas em 42 mil escolas públicas, atingindo cerca de 2,8 milhões de alunos por ano.

É criado o Programa de Prevenção na Comunidade que prevê a capacitação de 170 mil líderes comunitários até 2014. Também fica estabelecida a realização de campanhas específicas para informar, orientar e prevenir a população sobre o uso do crack e de outras drogas, como o serviço de atendimento telefônico gratuito de orientação e informação sobre drogas VivaVoz (132), para facilitar o acesso do cidadão.

Assim, desde 2011, 24 Estados, sendo 116 municípios aderiram ao programa, conforme a tabela abaixo:

Municípios até 200 mil habitantes que já aderiram ao Programa:⁹

AC: Rio Branco	AM: Manaus
AL: Maceió e Arapiraca	CE: Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte e Maracanaú
BA: Salvador, Camaçari, Itabuna, Feira de Santana, Juazeiro e Vitória da Conquista	GO: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia
ES: Vitória	MG: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Divinópolis
MA: Macapá, São Luis e Imperatriz	MT: Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande
MS: Campo Grande e Dourados	PB: João Pessoa e Campina Grande
PA: Belém, Ananindeua e Santarém	PI: Teresina
PE: Recife, Olinda, Paulista, Petrolina, Jaboatão dos Guararapes e Caruaru	RJ: Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Niterói, São João de Meriti, Belford Roxo, Volta Redonda, Macaé, Magé, Petrópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo
PR: Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa	RS: Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa

⁹ Dado fornecido pela assessoria de imprensa do Ministério da Justiça à autora.

	Maria, São Leopoldo e Viamão.
RN: Natal, Mossoró e Parnamirim	SE: Aracaju
SC: Florianópolis, Blumenau, Joinville e São José	RO: Porto Velho
SP: São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Preto, Sorocaba, Marília, Santos, Mogi das Cruzes, Mauá, Itaquaquecetuba, Osasco, Presidente Prudente, Carapicuíba, Araraquara, Jundiaí, Limeira, Barueri, Bauru, Campinas, Cotia, Embu das Artes, Franca, Guarulhos, Praia Grande, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Vicente, Taubaté e Guarujá	TO: Palmas RR: Boa Vista

No Rio de Janeiro, para o uso da autoridade, é firmado um convênio com a utilização de policiais da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), no morro Santo Amaro, zona sul da cidade.

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) foi criada por decreto, pelo Ministério da Justiça, em 29 de novembro de 2004, como mais uma tentativa da União de controle da violência para o setor de segurança pública.

O programa foi concretizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão veiculado ao Ministério da Justiça em sua gênese para atender necessidades emergenciais das polícias estaduais, com “o precípua de efetivar entre as Unidades da Federação apoio mútuo e auxílio às forças policiais locais nos momentos de grave perturbação da ordem pública”.

Para a consecução deste fim, foi realizada por meio das Instruções de Nivelamento de Conhecimento (INC), toda a fase preparatória de qualificação e avaliação para os futuros integrantes da FNSP, momento em que todos os procedimentos técnicos e táticos na seara policial foram atualizados, nivelados e efetivados num único padrão de procedimentos para a sua atuação.

A FNSP é formada pelos ditos melhores policiais e bombeiros dos grupos de elite dos Estados, que passam por um treinamento na Academia Nacional de Polícia (da Polícia Federal), em Brasília, que vai de especialização em crises a aulas sobre Direitos Humanos.

Desde que foi criada, cerca de 7,7 mil policiais passaram pelo treinamento para integrar seus quadros. Durante o treinamento, os policiais têm que cumprir uma carga horária mínima de 110 horas. Na maior parte do tempo os exercícios acontecem ao ar livre. Os agentes simulam perseguições e abordagens a suspeitos. A ideia do curso é criar um padrão de comportamento que seja seguido por todo o efetivo.

O processo de escolha dos policiais é realizado pelo Ministério da Justiça, que envia ofício para todas as polícias militares do País e escolhem entre os voluntários aqueles que mais se destacam. Os candidatos devem ter entre 25 e 40 anos e possuir no mínimo cinco anos de experiência profissional. Outra exigência é ter disponibilidade para ser convocado pelo período de 90 dias, em data indeterminada, e ter recebido o conceito “muito bom” no teste de aptidão física.

Dos 7.676 policiais que compõem a tropa de elite, 582 são mulheres.

Além do treinamento, para se integrar à Força Nacional de Segurança Pública, a Senasp adotou uma série de requisitos. São os seguintes:

- Ter idade entre 25 e 35 anos para cabos e soldados, e entre 25 e 40 anos para sargentos e oficiais.
- Ser oriundo de curso de formação de oficiais, ou equivalente, do quadro de combatente, no caso de oficiais.
- Possuir, no mínimo, 05 anos de experiência profissional na atividade operacional, não devendo estar afastado das atividades há mais de 01 ano.
- Ter disponibilidade para ser convocado para integrar a Força por período de até 90 dias, em data indeterminada.
- Preferencialmente o policial deve pertencer, ou ter pertencido, a unidades ou frações de policiamento especializado, como Choque ou Tático Móvel, Gate, operações especiais urbanas e rurais, ou ainda ter participado de treinamentos específicos nestas atividades, no caso de militares oriundos da atividade de polícia ostensiva.
- Ser combatente com especialização na área de socorros de urgência, ou técnico em emergência pré-hospitalar (paramédico), ou ter treinamento nestas áreas (no caso de bombeiro).
- Ser considerado apto em inspeção de saúde.
- Ter obtido, no mínimo, conceito “muito bom” em teste de aptidão física na corporação.
- Não estar respondendo a processo administrativo ou criminal em sua corporação ou na justiça comum.
- Ter facilidade de relacionamento pessoal.

- Estar classificado, no mínimo “bom”, em conceitos de comportamento dentro de suas corporações.

Os agentes da Força Nacional de Segurança Pública foram os escolhidos para serem enviados às áreas carentes onde o programa federal de combate ao crack é instituído.

Assim, em maio de 2012, com um efetivo de mil policiais, a FNSP ocupou o morro Santo Amaro, no Catete, zona sul do Rio – única comunidade da região de classe média alta da cidade que não tinha uma UPP.

Ao longo desses dois anos de ocupação, cinco acordos entre o governo do Rio de Janeiro e o Ministério da Justiça, cada um com 180 dias, foram firmados. O último foi realizado após o final da Copa Mundo, em julho de 2014.

Apesar de transcorridos dois anos do programa no Santo Amaro, e o programa trabalhar com os eixos de Prevenção, Cuidado e Autoridade, ao que se constata, somente o último eixo foi posto em prática – nenhum centro de comunitário foi realizado, centro de internação ou reabilitação foi criado.

Aproveitando o agendamento na mídia do debate sobre o Crack, o prefeito Eduardo Paes (PMDB) solicitou à Justiça o internamento compulsório, primeiramente de crianças, depois de adultos, em outubro de 2012. A ação foi criticada pelo Conselho de Psicologia e setores sociais, que repudiaram a ação e acusaram o prefeito de regressão à “lógica manicomial”.¹⁰

Franco Basaglia, ao estudar o sistema psiquiátrico italiano, afirmou que “assim, sua couraça de apatia, desinteresse e insensibilidade não seria mais do que o seu último ato de defesa contra um mundo que primeiro o exclui depois o aniquila” (Basaglia, 1966:120).

Assim, a lógica de internação compulsória dos supostos viciados em crack segue o mesmo pensamento jurídico-sanitarista utilizado há 50 anos contra pessoas com problemas mentais. Não há um tratamento eficaz, somente a lógica da internação, visto que passados três anos do programa “Crack, é possível vencer1”, pouco foi realizado no campo social e de prevenção, como era previsto.

Por sua vez, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em abril de 2013, entrou com uma ação civil pública pedindo a cassação do mandado do prefeito Paes, devido às remoções. O MP entrou com a ação após visitar abrigos municipais e verificar que as remoções da prefeitura não atingiam apenas os usuários de crack, mas outros sem teto. O MP

¹⁰ Nota de repúdio disponível em (<http://www.crprj.org.br/noticias/2012/102901-CARTA%20DE%20REP%C3%9ADIO%20%C3%80%20PROPOSTA%20DE%20INTERNA%C3%87%C3%83O%20COM%20PULS%C3%93RIA%20DE%20ADULTOS.html>), acessado em 26.10.2014.

afirma ainda que as ações de recolhimento eram violentas, tinham caráter higienistas e feriam os Direitos Humanos.

Em uma tentativa de responder ao crescimento do uso do crack nas cidades brasileiras, o Governo Federal lançou o programa “Crack, é Possível Vencer”. Esse programa apresenta como um dos seus objetivos o cuidado ao usuário do crack, mas o que se vê nos últimos anos são ações que apenas o criminalizam, seja dependente ou não, e têm por finalidade acima de tudo a ‘higienização’ das cidades. Não podemos esquecer que nestes anos de véspera da Copa do Mundo tais ações se tornaram mais intensivas, e é possível associar diretamente o fato de o país ser sede de megaeventos à “limpeza” dos grandes centros urbanos. Porém essas ações são ineficientes, já que a problemática da dependência associada com a total falta de direitos de uma parcela considerável da população não pode ser simplesmente ocultada¹¹ (LEÃO,2013:122)

Assim, podemos afirmar que, em resumo, a atuação do programa de políticas públicas para o tratamento do Crack está voltada para o deslocamento da população de rua para áreas distantes das ditas pacificadas e de ocupação policial.

O policial, assume assim, o papel de repressor em um programa que deveria ser da lógica da Saúde, mas atua somente na esfera de Segurança Pública. Ou, como bem analisou Vera Malaguti Batista (2003), ao discorrer sobre o medo do imaginário público sobre a periferia “O discurso que animaliza o mal recorre a duas figuras: extermínio ou limpeza. As operações policiais se transformam em caçadas com um sentido higiênico. A pureza e a higiene são oposto da sujeira e desordem” (BATISTA, 2003:7).

Nos capítulos seguintes pretendo analisar como a mídia de grande circulação analisa essa lógica relacionada ao usuário de crack.

¹¹ Denúncia do promotor Roberto Pacheco Leão, titular 7ª tutela de Cidadania, documento cedido à autora.

4. Análise das matérias sobre o Crack

Vários aspectos apontam o que seria uma notícia em um jornal, mas nenhum possui uma definição exata do termo. Isso porque, o conceito do que é notícia depende não só da veiculação de um fato recente ou futuro de interesse público, mas varia de acordo com a editoria e público-alvo do jornal.

No campo do Jornalismo, entre os elementos que norteiam a noticiabilidade de um fato, estão os valores-notícia. São eles que definem se determinado fato é suficientemente interessante, significativo e relevante para ser transformado em notícia (PEREIRA JR., 2000 *apud* GOMES&FERRAZ).

A notícia, assim, é influenciada pela temporalidade de um fato e encontra saturação com o transcorrer do tempo. É nesse pequeno espaço temporal da vida curta de uma notícia, operando com objetividade, recorte de interesse e brevidade, que a construção dos sentidos e da memória coletiva é construído, visto que a mídia é um espaço de excelência na construção de subjetividade e empoderamento ideológico.

Sendo assim, destaquei nos dois capítulos a seguir os principais recortes realizados pelos jornalistas dos jornais O Globo e O Dia, que segundo o Índice Verificador de Circulação, são jornais com alta circularidade no Estado do Rio de Janeiro e formadores de opinião, visto a penetração de suas notícias em diferentes classes sociais.¹²

4.1 Análise das manchetes dos jornais “O Globo” e “O Dia”

Como o slogan do programa “Crack, é possível vencer!” já entona o clima de guerra a que todos estão convocados, os jornais reproduzem esse pensamento utilizando, para isso, palavras e expressões com referências bélicas.

Assim, a palavra “combate” é que mais recorrente nos títulos das matérias dos dois jornais criando a noção de que há uma guerra em andamento. Em outras, usa-se o verbo “enfrentar”.

O usuário de crack passa a ser chamado de “inimigo”, “alvo”, algo que deva ser combatido. Tanto a ação oriunda de policiais militares e de agentes da prefeitura durante os programas sociais ganham destaque e são intituladas de “operação” – equivalendo esses dois setores estaduais a soldados; o agente social da prefeitura torna-se assim, um militar, em combate.

¹² Consulta realizada ao IVC pela autora, no dia 26.11.2014. De acordo com o IVC, O Globo apareceu com 265.940 exemplares diários e, O Dia, com 70.557 vendas diárias, ambos no mês de outubro de 2014.

Há um esforço do governo em realizar compras de equipamentos voltados para a constante vigilância dos territórios urbanos onde há aglomerações de usuários de crack, como a compra de câmeras.

As manchetes coadunam com esse pensamento, sem abrir questionamentos sobre a legalidade da vigilância e invasão da privacidade. O jornal O Dia apoia abertamente a iniciativa e chama equipamento de filmagem de “espião”; O Globo, por sua vez, chama o mesmo equipamento de “arsenal” e “Big Brother”, evocando, assim, um olhar do Estado constante, autoritário, onipresente.

A presença policial em uma favela é chamada de “incursão”, dando o sentido à periferia de marginalidade, já que esse passa a ser visto como algo perigoso, um terreno do inimigo.

A cada chamada “incursão” as manchetes dizem que a favela está “ocupada” e destacam se houve “tiroteios” e “ataques” aos agentes de segurança pública. Em uma das manchetes do jornal O Globo há o destaque para a apreensão de pedras de crack, após tais tiroteios.

O verbo “resgatar” aparece em uma das manchetes referentes aos usuários, criando a ideia de que os mesmos estariam reféns da droga, em um território inimigo. O uso de metáforas bélicas para se referir à políticas de saúde pública é recorrente. e aparece em análises feitas por trabalhos sobre a Análise de Discurso referente à reportagens em epidemias de dengue, por exemplo.

os discursos dos especialistas utilizaram metáforas bélicas para abordar a prevenção, um recurso bastante comum no campo da saúde e da mídia (“É uma guerra. Bacteriológica”) e que procura convocar as pessoas para a “guerra” contra o vírus, usando a vacina como a “arma própria das áreas de saúde, como a imunologia e a epidemiologia, acabou nutrindo o senso comum de uma representação da prevenção baseada no confronto (BASTOS, 2002 *apud* Lerner&Sacramento).

As metáforas bélicas foram utilizadas pela primeira vez no fim do século XIX a partir do momento em que a ciência conseguiu identificar os vírus das doenças recorrentes. A referência ao campo bélico aparece incorporada no discurso médico a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1915), “adotando uma visão da doença como o inimigo para aumentar o campo sanitário. De lá para cá esse tipo de estratégia discursiva pode ser vista no noticiário jornalístico a respeito de outras doenças” (FERRAZ,2010:11-12).

Assim, pode-se afirmar que o uso de metáforas bélicas, se vale de representações do senso comum. Ao definir o usuário de crack como inimigo, algo a ser combatido, as

manchetes utilizam algo que se tornou comum: associação da prevenção à guerra. Desse modo, ficam estabelecidos os aliados (a sociedade civil), os inimigos (usuários de crack) e a arma (Estado) para o confronto.

Abaixo, alguns exemplos de manchetes pinçadas dos dois jornais com a utilização dessas metáforas.

Quadro 1 – A militarização na titulação de matérias nos jornais O Dia e O Globo nos anos de 2012/ 2013 / 2014.

13.04.2012 ODia	Ministro da Saúde acompanha operação de acolhimento de usuários de crack
07.12.2012 ODia	Combate ao crack vira alvo
13.07.2012 ODia	Secretaria recolhe 57 usuários em ação de combate ao crack em Madureira
14.10.2012 ODia	Usuários de crack são recolhidos durante ocupação de Manguinhos
15.12.2012 ODia	A cidade que venceu o crack
17.04.2013 ODia	Rio era ônibus espião para monitorar usuários de crack
26.04.2013 ODia	Enfrentamento ao crack resgata dependentes
17.02.2014 ODia	Combate ao crack é ineficiente
06.08.2014 ODia	Editorial: Combate ao crack deve ser humanizado
17.02.2014 OGlobo	Depois de dia de tiroteios e ataques a UPPs, polícia apreende 15 quilos de crack
10.11.2013 OGlobo	Governo federal investe em arsenal contra o consumo de crack
29.11.2012 OGlobo	Prefeitura faz mais uma operação de combate ao Crack
25.05.2013	Rio recebe cinco ônibus para reforçar combate ao Crack
12.04.2012 OGlobo	“Big Brother” contra o crack
15.10.2013 OGlobo	Mais 71 usuários de crack são retirados de favelas ocupadas
25.01.2013 OGlobo	O inimigo agora é o crack
21.05.2012 OGlobo	Primeiro dia de operação federal contra o crack
25.01.2012 OGlobo	Morro Santo Amaro, pioneiro no combate ao crack

Para a manutenção da chamada “Guerra ao Crack” é necessário a criação do senso comum no imaginário social, do qual o próprio jornalista não reconhece estar inserido devido ao discurso ideológico.

Assim, as manchetes trazem consigo a ideia de alerta contra os riscos da presença do usuário de crack, de que como o usuário é uma ameaça para o sistema social vigente.

As notícias trazem em seus títulos palavras como “prejuízos”, “estado de alerta”, “dependência”. Há uma constante preocupação em realçar os perigos do vício tanto para quem dele se utiliza (como a perda da guarda de seus filhos) como para quem se aproxima dos usuários (que podem ser alvo de ataques).

Surgem os estereótipos desumanizantes como forma de fixar a ideia de que o usuário de crack já não possui mais controle de si. Assim, os usuários de crack são chamados de “zumbis” (ODia), “viciados” e aqueles que “perambulam” (OGlobo) – em conotação tanto a um morto-vivo como a alguém sem ocupação.

Além disso, o próprio indivíduo é transformado em culpado pela sua dependência (reduzida à doença) e considerado um risco para a sociedade, já que não seria capaz sequer de responder por suas ações. Trata-se da chamada “periculosidade presumida”, em um flagrante caso de instrumentalização das próprias tecnologias de saúde para justificar as ações de violência e a criminalização dessa população, como Vaz e Ronny (2008) explicitaram.

Apesar da violência ser um fator estrutural de Segurança Pública e assaltos serem recorrentes no Rio de Janeiro, conforme dados do ISP (Instituto de Segurança Pública), notícias que envolvam turistas ocidentais ganham destaque.

É o exemplo da manchete do dia 16.02.2014 “Usuários de crack invadem pista na Avenida Brasil e **assustam turistas**” e da manchete do dia 26.10.2012 “**Mulher agredida** por usuário de crack é **americana**”.

Para o Estado do Rio de Janeiro, uma cidade turística, o usuário torna-se uma ameaça ao sistema econômico e de atração de férias no imaginário internacional da cidade, ainda mais em época de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo 2014.

Abaixo, algumas matérias do período entre 2012 e 2013 que fixaram a ideia de perigo ligado ao usuário de crack.

Quadro 2 – O alerta/ameaça na titulação de matérias nos jornais O Dia e O Globo nos anos de 2012 / 2013 / 2014.

07.03.2012 ODia	Avanço do crack leva violência a vias da cidade
--------------------	--

21.07.2012 ODia	Crack já é a principal responsável pela perda de guarda de crianças no Rio
31.10.2012 ODia	Como zumbis, viciados em crack tomam as ruas
06.11.2012 ODia	Alvo de usuários de crack , lojas acumulam prejuízos
17.11.2012 ODia	Crack: Duque de Caxias já está em estado de alerta
11.09.2012 ODia	Dependência de crack já é maior entre as mulheres, aponta estudo
14.05.2013 ODia	Homem é atacado por usuários de crack no centro de Niterói
31.03.2014 ODia	Usuários de crack estão migrando para o Jacarezinho
05.08.2014	Vídeo: Os guetos do crack
25.07.2014 OGlobo	Polícia prende usuário de crack que roubava bolsa no Centro
16.02.2014 OGlobo	Usuários de crack invadem pista na Avenida Brasil e assustam turistas
15.05.2013 OGlobo	Jovens viciadas em Crack atacam maquiador no Centro do Rio
24.06.2012 OGlobo	Crack se instala no centro de Niterói e assusta moradores
26.10.2012 OGlobo	Mulher agredida por usuário de crack é americana
16.02.2014 OGlobo	Grupo de usuários de crack invadiu a pista da Avenida Brasil
08.05.2014 OGlobo	“Brasil viverá com o crack pesadelo que EUA viveram nos anos 80”
02.03.2014 OGlobo	Usuários de crack promovem arrastão no Centro
26.03.2014 OGlobo	“Há alimentos que viciam como o Crack ”
27.05.2013 OGlobo	Papagaio atacado por usuários de crack é resgatado em Niterói
18.11.2012 OGlobo	Avanço do crack: pontos de consumo aumentam
17.12.2012 OGlobo	Usuários de crack perambulam pela Ilha
10.12.2012 OGlobo	Usuários de crack intimidam alunos da UFRJ
17.05.2014 OGlobo	Na idade das Pedras

Jean-Jacques Courtine, no ensaio “O Desaparecimento dos Monstros” (2004), cita o caso do “Homem Elefante”, que teria nascido com uma grave deformidade física. Ele usa a deformidade em locais públicos mediante pagamento de dinheiro, mas no início do século

XX, quando a indústria de feiras de entretenimento sobre o que era considerado exótico está em declínio.

Assim, médicos e a opinião pública recorrem à compaixão, o que era atração vira objeto de compaixão e clamor da sociedade por sua internação e tratamento. Assim, nesses manchetes o verbo “recolher” é substituído por “acolher” nas chamadas de matérias sobre ações sociais.

Matérias sobre crianças e sua recuperação, às vezes através da influência religiosa são destaques. O debate sobre a prevenção e não somente sobre a repressão ganha espaço, principalmente no ano de 2014, passada a fase inicial das políticas públicas repressoras com o programa federal de combate ao crack.

Porém, mesmo no estágio da compaixão e os usuários ainda são vistos como “viciados” mas com a conotação daqueles que não possuem controle de si e necessitam de auxílio urgente – como as crianças.

Contudo, a ideia de compaixão está ligada ao clamor pela internação – ou seja, a aproximação provoca repulsa e a compaixão está vinculada a uma distância física. Do mesmo modo como ocorreu com o homem-elefante.

Com efeito, o homem- elefante tem um destino exemplar: um exibidor de curiosidades e um médico competem por um monstro, querendo satisfazer dois tipos de curiosidade e tirar dois tipos de lucro. Apoiado pelo rigor das autoridades e pelo interesse caritativo da opinião pública, o médico leva a melhor sobre o saltimbanco, o hospital suplanta o “entra e sai”; o corpo do monstro, arrancado do teatro do disforme, torna-se legitimado sujeito de observação médica e objeto de amor moral. Um longa página da história dos monstros humanos seria virada (COURTINE, 2004:10)

Quadro 3 – A Compaixão e a humanização na titulação de matérias nos jornais O Dia e O Globo nos anos de 2012/ 2013 / 2014.

15.11.2012 ODia	Bolsa de até R\$ 900,00 para salvar viciados em crack
21.11.2012 ODia	Nada feito para evitar o atropelamento de usuários de crack
22.01.2013 ODia	Mulher dopa pai viciado em crack e pede tratamento
18.03.2013 ODia	Padre já afastou 30 menores do crack em dois anos de luta
13.05.2013 ODia	Lar para filhos do crack

09.11.2013 ODia	O crack e os bebês
18.10.2012 OGlobo	Trinta e um usuários são acolhidos em Madureira
19.02.2012 OGlobo	Crianças estão internadas para tratamento contra o crack
19.03.2014 OGlobo	Prevenção ao uso do crack é tema de curso na Barra

4.2 Análise das matérias dos jornais “OGlobo” e “ODia”

Tendo como base os conceitos mencionados nos capítulos anteriores, pretendo analisar o conteúdo de quatro matérias dos jornais “O Globo” e “O Dia”. São elas: “Morro Santo Amaro, pioneiro no combate ao crack, publicado pelo “O Globo”, no dia 25.01.2012 e “Papagaio é resgatado de ataque de usuários de crack”, também publicada pelo mesmo impresso no dia 27.05.2013. Já, no jornal “O Dia”, vou mencionar as matérias “Enquanto polêmica cresce, viciados em crack se espalham pela cidade”, publicada no dia 21.02.2013 e “Como zumbis, viciados em crack tomam as ruas”, veiculada no dia 31.10.2012.

De forma geral, os dois impressos passaram a abordar o tema da formação das cracolândias a partir do anúncio de que o morro Santo Amaro iria receber uma base da Força Nacional de Segurança como parte do programa do governo federal “Crack, é possível vencer!”, em janeiro de 2012.

No período de janeiro a dezembro de 2011, foram publicadas 24 matérias no “OGlobo” e 27 no jornal “ODia”, referentes ao assunto crack, no Rio de Janeiro.

A maioria referia-se a algum caso isolado de violência perpetrado por um suposto usuário de crack, sinalizava regiões onde supostos usuários de crack se instalavam com o avanço de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) ou a apreensões da droga durante operações policiais.

A partir de 2012, o número de matérias abordando a problemática do crack ou citando a droga em alguma matéria aumentou significativamente, de acordo com a tabela¹³:

Quadro 4 – Número de matérias sobre o crack veiculadas entre 2012 e 2014

ANO	O GLOBO	O DIA
-----	---------	-------

¹³ Levantamento realizado pela autora através de consulta no sistema de busca dos dois jornais, em 30.11.2014.

2012	68	44
2013	37	32
2014 (JAN-NOV)	29	33

O agendamento midiático é construído a partir do que se aborda como noticioso, algo que se destaque diante do cotidiano. Um fato ganha espaço no jornal na medida em que ganha um caráter de excepcionalidade e, até mesmo os fatos cotidianos ganham novos ares a partir da narrativa do ineditismo.

Assim, a mídia sempre procura dar um grande espaço para os chamados *folk devils*, ou de acordo com livre tradução, monstros populares. São os desviantes que trazem consigo alguma conotação de perigo, como: os traficantes, os assaltantes, os psicopatas ou até seres inanimados, como as marquises de prédios antigos na região central do Rio de Janeiro (quando uma pessoa se fere há uma série de notícias sobre conservação) ou os bueiros da Light que, por exemplo, entre maio e junho de 2011 registrou oito explosões ferindo pedestres¹⁴ – desde então, na agenda midiática, sempre que há estouro de bueiros os jornalistas relembram essas explosões. Sempre que há um *folk devil* em evidência há uma série de matérias a respeito e cria-se assim os chamados “pânicos morais”, momento de foco da mídia e alerta para a sociedade (COHEN,2003).

A tabela aponta, assim, que usuários de crack sempre estiveram nas manchetes dos dois jornais, mas ganharam um maior espaço a partir de 2012, quando do anúncio do programa do governo federal.

Assim, os usuários de crack ganham maior espaço na mídia e a narrativa sobre a sua presença, como o próprio nome do programa sugere, é algo a ser combatido, vencido, superado. Elege-se assim um novo ciclo de pânico moral na sociedade.

De acordo com Cohen (2003), as sociedades estão sujeitas a períodos de pânico moral quando:

uma condição, episódio, pessoa ou grupo emerge e torna-se definido como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade; sua natureza é apresentada a partir um estilo ou estereótipo pelos meios de comunicação; as barreiras morais são tripuladas por editores, bispos, políticos e outros pensadores ‘de direita’; especialistas socialmente confiáveis anunciam suas soluções e diagnósticos [...]. Algumas vezes, o pânico desaparece e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; outras vezes, é mais sério e tem repercussões mais longas e podem produzir mudanças como em políticas legais e sociais ou mesmo no modo como a sociedade as concebe (COHEN, 2003:9 *apud* CRITCHER).

¹⁴ Levantamento divulgado pelo site G1 em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/07/veja-onde-foram-explosoes-de-bueiros-no-rio-em-2011.html>. Consulta realizada no dia 25.11.2014

Nessa conjuntura, os *media* e os jornais, juntamente com as autoridades políticas e de segurança, tornam-se o principal meio para viabilizar a produção e reprodução de sentido dos pânicos morais.

Em um primeiro momento, a ideia é de se combater o dito *folk devil*. Com isso, as reportagens dão grande espaço para a linguagem bélica, sempre permeada pela ideia de perigo no qual a falta desse combate poderá acarretar.

É o caso da matéria do jornal “OGlobo” que anunciava a chegada do programa “Crack, é possível vencer!”, no morro Santo Amaro.

Para **tentar conter a avalanche do crack**, as pequenas pedras amareladas cujo **consumo avança na classe média**, representantes dos governos federal, estadual e municipal assinam hoje um convênio que **transformará o Morro Santo Amaro, no Catete, em alvo** de um projeto pioneiro no país. O investimento estimado em R\$ 10 milhões prevê uma série de iniciativas para **combater as drogas** e, principalmente, recuperar os dependentes, para que **possam ser reinseridos na sociedade**. (OGLOBO, 25.01.2012, grifos da autora)

O trecho destacado possui uma série de apontamentos, que serão reproduzidas em todas as matérias subsequentes do jornal. A ideia permeadora da Fórmula de Discurso que engendra o sentido de que o crack faz parte de um grupo desviante que ameaça o *status* de outra classe social fica claro logo na segunda frase, quando o repórter cita “o consumo avança na classe média”. Ainda no mesmo trecho, essa ideia é reafirmada ao se descrever o usuário como um marginal, aquele que está além dos limites da circunscrição da sociedade e “através do combate às drogas” ele deverá ser “reinserido na sociedade”.

Não se é questionado na matéria o motivo do Morro Santo Amaro ser o primeiro a receber o programa, apesar de ficar implícito no trecho que se segue, quando o repórter diz: “considerado o principal distribuidor de drogas da **zona sul**”, lembrando, assim, a sua localização dentro da região onde há o maior número de residências da classe alta na cidade.

Após consultar uma especialista da área de saúde a qual afirma que o crack já é uma epidemia, o repórter finaliza o texto emitindo um alerta sobre as possíveis consequências ao uso do crack, ao relembrar um caso de violência ocorrido cerca de três anos antes.

Em 2009, o músico Bruno Klierman estrangulou Bárbara Calazans, de 16 anos, sua vizinha num prédio de classe média no Flamengo. O músico estaria sob o efeito de crack na hora do crime. Bárbara teria sido atacada porque pedira ao amigo que parasse de usar a droga, comprada no Morro Santo Amaro. (OGLOBO, 25.01.2012)

De forma sucinta, o discurso explicitado na matéria faz apontamentos do perigo social ao que o crack, que “avança como uma avalanche” representa ao *status quo* vigente. A ideia central é de que ele é confinado às classes mais pobres e, como é uma epidemia, ameaça se expandir à sociedade. Sendo assim, deve ser controlado pelas autoridades.

Passados dois anos, o jornal mantém a mesma retórica pregada pelo governo: a ideia que antes de ser uma questão de saúde pública, deve-se ser tratado como uma questão de segurança por ser uma ameaça entre classes.

É o que pode ser visto na matéria “Governo federal investe em arsenal contra o crack”, do dia 10.11.2013, que tem como subtítulo “União gasta R\$ 13 milhões em armas não letais para serem usadas por PMs em cracolândias”.

A questão do crack é tratada como uma guerra, com um discurso bélico e medidas nessa área são tomadas: milhões gastos com armas de choque, chamadas de não letais.

Ferraz e Gomes (2012) apontam que a memória do discurso jornalístico possui a presença do interdiscurso, “considerado pela Análise do Discurso como um conjunto de discursos que dialogam e se articulam entre si”. (FERRAZ e GOMES:2012:5).

O dois autores apontam que sempre que uma moléstia surge, mesmo obtendo característica distante de outra, são acionadas as “redes partilhadas de memória” e busca-se semelhanças com outras enfermidades, mas com o objetivo de formar novos sentidos, inclusive com outros campos. Um dos primeiros campos a ser acionado pelo interdiscurso é o militar, o bélico.

Assim, depois de engendrada a ideia inicial de que o crack é uma epidemia, o mesmo passa a ser visto como uma questão militar, não só no uso das metáforas bélicas (combate, alvo) e outras citadas nas manchetes já mencionadas. Talvez essa formação de memória, de algo que deva ser combatido, tenha provocado a apatia de grande parte da sociedade quando a questão passou do campo das metáforas para o uso indiscriminado de armas de choques, contra supostos usuários de crack, inclusive crianças.

A apatia criada pelo discurso fica evidente logo no início da matéria mencionada sobre as compras das armas - ela possui no topo uma foto que ocupa metade da página, disposta na horizontal. Nela, um policial branco, com uma arma de fogo na altura da cintura, está dando uma chave-de-braço em um menor de idade, negro, e o conduzindo, para uma viatura policial. Na legenda está escrito: “Com apoio da PM, da Polícia Civil e da Guarda Municipal cerca de 100 usuários de crack foram retirados da comunidade do Jacarezinho”.



15

Na foto, o rosto do policial é preservado – o foco está na mão que segura com firmeza o que deve ser combatido. O jornal mostra o rosto do menor de idade, o que não é permitido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os desviantes, assim, não possuem voz, não possuem direitos. Devem ser combatidos e “retirados”, como a legenda diz - o que acarreta a conotação de uma praga. Vale a ressaltar de que o uso dos verbos “recolher” e “retirar” é visto com mais frequência nas matérias sobre as ações da polícia e da assistência social do que o verbo “acolher”, tanto nas matérias do “OGlobo” quanto nas do “ODia”.

No texto da mesma matéria há a lembrança de que o planejamento do programa federal “Crack, é possível vencer¹” articulava uma outra forma de tratamento. Mas o desvio no planejamento do programa não é questionado às autoridades competentes, que ganham voz para justificar à população que aquele armamento será usado somente contra os usuários de crack, como na fala da Secretária Nacional de Segurança Pública que fecha a matéria(e o debate) dizendo

São alternativas às armas de fogo. Tem momentos em que a PM tem de ir além da prevenção. Entregamos as armas, capacitamos, e existe o protocolo de uso. O ministério pode fiscalizar se o equipamento não estiver sendo utilizado no território acordado. (OGLOBO, 10.11.2013)

O jornal “ODia” também levanta o debate sobre medidas rigorosas contra os supostos usuários de crack, dando espaço para defensores de Direitos Humanos e autoridades debaterem. A linha editorial, no entanto, trata a questão com de caráter de urgência ensejando a ideia de que algo radical e rápido deva ser feito.

É o caso da matéria do dia 21.02.2013, na qual usa no título uma oração subordinativa temporal que diz: “Enquanto polémica cresce, viciados em crack se espalham pela cidade”.

¹⁵ Crédito: OGLOBO/Márcia Foletto/10.11.2013

No subtítulo, o alarme é feito: “Em meio a discussões sobre a internação involuntária, usuários voltam para a Avenida Brasil”.

A matéria aponta a questão da sujeira nos ambientes onde supostos usuários de crack se aglomeram e cita o processo de “higienização” a que uma cracolândia, que fora desfeita, está passando.

A primeira frase da matéria, segue o tom alarmista de corrida contra o tempo e descrito no título e diz: “Enquanto cresce a polêmica causada pela internação voluntária de usuários de crack pela Prefeitura, os viciados se espalham pela cidade”.

O jornal reitera o discurso de sujeira, doença, de contaminação pela cidade e o tempo que está sendo perdido por existir pessoas ligadas ao “caráter humanitário” que são contra a medida.

Para ilustrar essa ideia de sujeira, o jornal usa uma foto de pessoas sentadas a beira da Avenida Brasil, onde havia a cracolândia desfeita pela prefeitura. Na foto, apesar do jornal inferir que os mesmos sejam usuários de crack por estarem em grupo sem alguma atividade aparente, não há flagrante do consumo da droga.



16

Como um dos críticos da internação involuntária, o jornal cita o vereador Renato Cinco, do Partido Socialista e Liberdade (PSOL), que realizara na época um abaixo-assinado para que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O objetivo da investigação seria apurar denúncias de maus-tratos contra os usuários de drogas. Mas o jornal dá o tom de ironia

ao usar o advérbio “somente” ao dizer que cinco assinaturas das 17 necessárias para a abertura da CPI haviam sido colhidas – um exemplo de heterogeneidade mostrada.

Sem citar a fonte, o que se subentende, então, ser o posicionamento do jornalista, uma imagem de si no discurso, o texto termina com a frase “o método [internação involuntária] tem perfil mais adequado aos viciados cariocas, que se encontram, na maioria, com a saúde bem debilitada. Críticos [no entanto] alegam que a involuntária teria de ser pedida por algum parente”.

Entre uma das matérias que mais reforçaram os estereótipos relacionados aos usuários de crack está a publicada no dia 31.10.2012, pelo mesmo jornal. O título diz: “Como **zumbis, viciados em crack tomam as ruas**”; seguido do subtítulo “Sob efeito da droga, **eles sentem pouco sono ou fome, perambulam** entre carros e **dedicam a vida ao consumo da droga. A cidade ainda não sabe o que fazer com eles**”.

Interpelados por estereótipos como zumbis e viciados (e ainda no decorrer do texto de “os nórias”) os usuários perdem a sua personificação. Tornam-se “eles”, os que vagam, “perambulam” pela cidade (terreno da sociedade, nós) - que “**ainda não sabe o que fazer com eles**”.

O jornal começa com a descrição de uma cracolândia. “Consumindo crack sob sol de quase 40 graus, pelo menos 300 **viciados protagonizam cenas de horror** na região, chocando **moradores**”.

O deslocamento da sociedade já é descrito pela dicotomia entre “nós” e “eles”. Além disso, o jornal reforça o imaginário de não-pertencimento ao local ao descrevê-los como não moradores, apesar daquelas pessoas residirem no local, mesmo sendo na rua.

O relacionamento entre perigo e sujeira é dado ainda no primeiro parágrafo do texto, quando o jornalista diz:

homens e mulheres maltrapilhos, muitos deles adolescentes e até idosos, atravessam a via entre carros com risco de serem atropelados, ameaçam motoristas e tentam furtar objetos.(...) Muitos “tostavam” na calçada e alguns pareciam fazer sexo debaixo de lençóis e cobertores. (ODIA, 31.10.2012)

Não seria, assim, exagerado apontar que descrição dos supostos usuários é dada pelo jornalista como se ele estivesse observando e descrevendo o comportamento de outra espécie, em seu habitat e os perigos que eles representam, para nós, os humanos.

Logo, é comum ouvir relatos de pessoas na época que relacionavam qualquer assalto na avenida Brasil em decorrência da ação de supostos usuários de drogas.

O uso de estereótipos no jornal “OGlobo” é marcado pela baixa incidência de adjetivos, mas mesmo assim já possui a ideia fixada de pensamentos, como, a violência provocada por um suposto usuário de droga ou a questão de não-racionalidade, em consonância com a descrição de “zumbi” realizada pelo “ODia”.

Na matéria do dia 25.05.2013, intitulada “Papagaio foi resgatado enquanto era atacado por usuários de crack”, o enunciador do texto diz

Em uma praça tomada por usuários de drogas, no bairro de São Francisco, em Niterói, a Secretaria de Ordem Pública fez um resgate. Pegou a vítima, cuidou, alimentou com banana e mamão e, agora, quer levá-la de volta ao seio da sua família. Não, não estamos falando de um ser humano, mas de um papagaio resgatado de uma árvore enquanto era atacado a pedradas por jovens sob efeito de drogas. Nenhum dos jovens quis ir para abrigos da prefeitura. (OGLOBO, 25.05.2013)

Não há a descrição ou entrevista com os jovens que “atacaram” o papagaio. O jornalista depreende que os agressores sejam usuários de drogas, mesmo sem ter realizado uma entrevista com eles ou veiculado à alguma fonte a informação.

O texto é escrito de forma cômica, fazendo o leitor acreditar no início que se tratava de mais uma ação de agentes da Ordem Pública contra usuários de drogas e dando a entonação de algo cotidiano.

Da análise dos textos, ainda que de forma inicial, pode-se destacar um contínuo discurso baseado na diferenciação entre as classes, na formação dos estereótipos seja através da adjetivação ou da fixação de uma ideia.

Além disso, há sinais evidentes de interdiscursos, sejam de uso de metáforas bélicas ou de fatos anteriores que sirvam para exemplificar e alertar sobre o perigo intrínseco que o enunciador quer construir para a identidade discursiva dos usuários de crack. São poucas as matérias em que o usuário de drogas foi ouvido e, quando isso ocorre, ganha um espaço na mídia por ter se recuperado em um centro de reabilitação ou por se destacar por ser desviante etnicamente e socialmente do estereótipo do usuário de drogas na mídia - como o caso da Mendigata.

A chamada “Mendigata” foi destaque no jornal “OGlobo”, no dia 21.10.2014, sob o título “Mendigata atrai atenções de pedestres em Niterói”. A matéria descrevia uma jovem, branca, de olhos verdes, cabelos ruivos que morava na rua consumindo crack. Por conta da sua aparência não ser semelhante ao estereótipo do usuário de crack (negros), chamava a atenção de pessoas que se sensibilizavam por ela estar nas ruas.

Assim, depreende-se da análise das matérias que por detrás do programa de recuperação dos usuários de drogas e de políticas públicas para o setor, a mídia funciona

como reprodutora de discursos que possuem um racismo velado – tanto étnico quanto econômico - na sociedade.

5. Considerações Finais

A repressão ao usuário de droga é um dos imaginários que a mídia enseja no senso comum ao debater o assunto de Saúde como se fosse de Segurança Pública. Ao chamarmos a atenção para a cristalização de uma ideologia nas páginas dos dois jornais, percebemos que a repressão ocorre através do consenso social.

No que diz respeito às relações entre o “senso comum” e o “conhecimento científico” nos textos analisados, pudemos observar que aquele que se relacionou sempre como repulsa. Os jornais mencionaram casos em que pessoas sofreram violência, confirmando os rumores sobre os “perigos” da aproximação dos usuários de crack.

Especialistas corroboravam para essa tese ao dizer que eles ficavam fora de si ao usarem as drogas.

Como sabemos, a confiança é fundamental para promover a adesão emocional dos públicos aos sentidos propostos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYECA, 1996). Sendo assim, o que estava em disputa era a confiança no discurso do especialista como cientista, falando a partir do seu conhecimento científico, falando a partir de sua experiência pessoal e profissional.

Há a criação do senso comum, que como um sistema cultural (GEERTZ, 1997), não está restrito às classes populares, mas ela constituiu o fundo comum, embora nem sempre muito integrado, sobre o qual se estruturam as representações e práticas sociais das diferentes sociedades. Nesse sentido, ele não está em oposição ao conhecimento científico, pois também faz parte dele. No entanto, o conhecimento científico se coloca em oposição a uma imagem estática de senso comum, aquela associada à tradição, ao atraso, ao imobilismo e à ignorância.

Assim, por oposição e definição, o conhecimento científico levaria a uma “iluminação cultural”, mesmo que, para isso, tivesse que superar as resistências culturais do senso comum (BAUER, 1994). Ou seja, assim o senso comum, para o conhecimento científico, não seria histórico, mas imóvel.

Através das práticas do senso comum o racismo velado nos discursos jornalísticos fica explícito.

6. Referências Bibliográficas

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALMEIDA, Marco Rodrigo. Ao contrário da não ficção, romances e contos brasileiros não emplacam boas vendas. *Folha de São Paulo*, 3 jan 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1209091-ao-contrario-da-nao-ficcao-romances-e-contos-brasileiros-nao-emplacam-boas-vendas.shtml>. Acesso em: 23 jan 2013.

AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19, p. 26-42, Campinas SP, jul./dez. 1990.

_____. Paradas sobre palavras: a língua em prova na enunciação e na escrita. *Educ. Real*, v. 36, n. 3, p. 651-679, set./dez. 2011.

BACHELARD, Gastón. *A poética do espaço*. In: *A filosofia do não ; O novo espírito científico ; A poética do espaço / Bachelard (Os pensadores)*. São Paulo: Abril, 1978.

_____. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins fontes, 1996

CORTÁZAR, Julio. *O jogo da amarelinha*. Rio de Janeiro: Círculo do livro, s/d.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

Dicionário *Houaiss* digital. Instituto Antônio Houaiss/ Editora Objetiva, 2009.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESCOBAR, Carlos Henrique. Da categoria de cultura: do Aparelho Cultural do Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 16, p. 183-214. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Uma filosofia dos discursos ideológicos: uma ciência dos discursos ideológicos. *Tempo brasileiro*, n. 30-1, p. 37-78, 1972.

FONSECA, Rodrigo. Condições de produção do discurso e formações discursivas: uma proposta de abordagem da práxis discursiva. *Icarahy*, n. 4, out. 2010.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GALHARTE, Julio. *Despalavras de efeito: os silêncios na obra de Manoel de Barros*. Tese (Doutorado em literatura comparada). FFLCH/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

LAGE, Amarílis. Um claro enigma. *Valor econômico*, 29 jun 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/2732612/um-claro-enigma#ixzz1zTDkUOEU>. Acesso em: 5 fev 2013.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Palavra de amor. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19, p. 75-95, Campinas SP, jul./dez. 1990.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamento. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19, p. 7-24, Campinas SP, jul./dez. 1990a.

_____; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *Linguasagem*, 2008. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php. Acesso em: 29 jan 2013.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Unicamp, [1975], 2009.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990b.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ROSA, Marluza Terezinha. Da (im)possível definição de língua no discurso do sujeito pesquisador da linguagem. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina;

SILVA JARDIM, Simone. O livro, a tensão e a emoção. *Observatório da imprensa*, 16 out 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed716_o_livro_a_tensao_e_a_emocao. Acesso em: 20 fev 2013.

SÓ DEZ POR CENTO É MENTIRA: a desbiografia oficial de Manoel de Barros. Direção: Pedro Cezar. Rio de Janeiro: Biscoito fino, 2010. 1 DVD, (76 min), son., color.

Veja, trechos de livros. Guia politicamente incorreto da história do Brasil, online, s./d. Disponível em: http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/trechos/guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil.shtml. Acesso em: 20 fev 2013.